



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 03/2018

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2018

INICIADA ÀS 14 HORAS E 48 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 22 HORAS E 10 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	05
- ORDEM DO DIA.....	30
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	43
- ENCERRAMENTO.....	43

ACTA N.º 03 / 2018**ABERTURA**

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e dezoito, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2. PERÍODO DA ORDEM O DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - 1.ª Revisão Orçamental;
- 2.3** - Relatório de Gestão das Contas Consolidadas 2017;
- 2.4** - Proposta de abertura de procedimentos concursais nas Carreiras/ Categorias não revistas ou subsistentes - Informática e Fiscais Municipais;
- 2.5** - Regulamento de Gestão e Utilização das partes comuns dos prédios que integram o parque habitacional do Município da Covilhã;
- 2.6** - Regulamento de Apoio ao Associativismo;
- 2.7** - Proposta de Delimitação de ARU'S;
- 2.8** - Desafecção do domínio Público Municipal para afectar ao domínio Privado Municipal de uma parcela de terreno, com a área de 5.048,26 m2, sita na Urbanização da Quinta da Várzea no Canhoso, que confronta do norte e sul com o Município da Covilhã, a nascente com Ribeira e a poente com Caminho Público, com o fundamento na regularização na matriz e na Conservatória do Registo Predial do Edifício Multifunções do Canhoso;
- 2.9** - Desafecção do domínio Privado Municipal para afectação ao domínio Público Municipal, a parcela de terreno para construção, com a área de 1.095 m2, sito na Rua Conde da Ericeira, inscrito na matriz urbana da UF de Covilhã e Canhoso sob o n.º 1941 e descrito na CRP sob o n.º 173 da extinta freguesia de Santa Maria;
- 2.10** - Desafecção do Domínio Privado Municipal para afectar ao Domínio Público Municipal a área de 531,40m2 do prédio inscrito na matriz urbana da Freguesia de Covilhã e Canhoso sob o artigo 3031, com a área de 880,00m2 e descrito na CRP sob o n.º 1566 da extinta Freguesia da Conceição;
- 2.11** - Desanexação dos artigos n.ºs 5584,5585, 5586 e 5587, inscritos na matriz predial urbana da Freguesia de Covilhã e Canhoso, da descrição da CRP n.º 930 e desafecção do Domínio Privado Municipal para o Domínio Público Municipal da área sobrance;
- 2.12** - Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia da Erada;
- 2.13** - Designação de Provedor do Município;
- 2.14** - CPCJ Covilhã – Relatório Anual de Actividades 2017.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhor António Paulo Pereira Ranito e Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Prof. Bernardino Gata da Silva, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dr. António Estevão Pitrez Ferreira Lopes, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr. José Paulo Pina Simão, Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Carlos Alberto Morais Rosa (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguio) e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof. Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Prof. José Luís da Conceição Ramos Adriano, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, ninguém se manifestando, foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

ORDEM DE TRABALHOS**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****INTERVENÇÕES LÍDERES**

--- O Senhor Prof. Reis Silva (PCP) fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Os combustíveis, e em particular o seu elevado preço, voltaram à ordem do dia Agora pela mão de alguns centrada no adicional ao ISP.

É ouvi-los: o argumento das petrolíferas é a subida do preço do petróleo.

O argumento do PSD e do CDS é, demagogicamente, a questão dos impostos.

O Governo minoritário do PS finge que o problema não existe.

Reafirmamos o que temos dito: há razões de fundo para que em Portugal se paguem dos mais altos preços pelos combustíveis na União Europeia:

- a privatização da GALP por governos de PS, PSD, CDS;*
- a liberalização dos preços dos combustíveis por um governo PSD/CDS - com o apoio do PS;*
- a cartelização dos preços pelas petrolíferas, assegurando-lhes vultuosos lucros;*
- a ausência de uma política liberta dos interesses dos monopólios que tenha como objectivo assegurar a soberania e a segurança energética do País.*

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal,

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

A valorização do trabalho e dos trabalhadores está aí na ordem do dia, quer pela iniciativa e proposta legislativa do PCP com o propósito de defender e restituir direitos liquidados ou subvertidos por sucessivos governos dos últimos anos e que tem contado nestes últimos meses com a oposição concertada de PS, PSD e CDS, quer pelo recente e negativo Acordo de Concertação Social que o Governo minoritário do PS liderou e protagonizou com as Confederações patronais e a UGT, que se impõe recusar e derrotar.

A Manifestação que mobilizou milhares e milhares de trabalhadores pela valorização dos salários, pelos direitos, pelo emprego, pela defesa da contratação colectiva, pela defesa dos serviços públicos, pela revogação das normas gravosas da legislação laboral foi uma grande jornada.

Uma grande jornada de luta, justa e necessária, que se impõe desenvolver no sector privado e no sector público e, particularmente, neste preciso momento contra as medidas e a legislação laboral apresentadas pelo Governo, e com data marcada para o próximo dia 6 de Julho, em frente à Assembleia da República.

Luta que se justifica e cada vez mais quando se assiste a uma sistemática posição de resistência e oposição da parte do governo do PS, em clara sintonia e convergência com PSD e CDS, à reposição de direitos liquidados com as sucessivas revisões, para pior, do Código do Trabalho e de outra legislação laboral nos últimos anos, mas também à reposição integral de direitos extorquidos nestes últimos anos de PECs e de políticas de exploração e empobrecimento do período de aplicação do Pacto de Agressão.

Luta justa e necessária quando se avolumam sinais e práticas que indiciam uma vontade na acção governativa de dar como adquirido em definitivo o roubo de direitos e também de rendimentos como é exemplo a sua negação do descongelamento da progressão nas carreiras dos trabalhadores da Administração Pública com carreiras específicas, como são os casos dos militares, dos professores das forças de segurança, e se avolumam as apreensões em relação à sua crescente procura de convergência com PSD e CDS para garantir o essencial da política de direita em matérias e áreas nucleares da acção governativa.

Convergência que se tem materializado, nestes tempos mais recentes e de forma sistemática, em matéria de legislação laboral para inviabilizar as propostas apresentadas pelo PCP como ficou expresso com o voto do PS, do PSD e do CDS contra a viabilização dos projectos-lei do PCP sobre a eliminação da caducidade da contratação colectiva, a reposição do tratamento mais favorável ao trabalhador, a eliminação da desregulação dos horários de trabalho, a fixação do limite máximo de 35 horas de horário de trabalho semanal para todos os trabalhadores, o estabelecimento dos 25 dias de férias, a reposição do valor do trabalho suplementar e em dia de descanso semanal, entre outras, e que conhece agora novos e preocupantes desenvolvimentos com o estabelecido Acordo de Concertação Social.

Um Acordo que não responde aos problemas dos trabalhadores e introduz novos elementos negativos.

Acordo que revela que o PS não só não se descola dos seus compromissos com os interesses do grande capital, como procura, sustentado nessa convergência, garantir invioláveis os grandes interesses monopolistas que fortificaram ao longo de décadas à sombra da política de direita de governos de PS, PSD e CDS.

Bem pode o PS jurar que foi o grande patronato que foi ao encontro do Governo e não o Governo ao encontro das pretensões do grande capital, mas os factos e o conteúdo do Acordo que assinou mostram o contrário.

De facto, o Acordo de Concertação Social e as propostas do PS que têm já o apoio do PSD mantêm intocáveis, no que é substancial, os interesses do grande capital.

Um Acordo onde se insiste no propósito de manter a caducidade da contratação colectiva e a recusa de reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e com tal propósito prosseguir a política de anulação de direitos laborais conquistados por gerações de trabalhadores e consagrados na contratação colectiva de trabalho.

O Governo em vez de assegurar uma política de Estado de combate à precariedade de modo a que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efectivo, vem adiantar ideias que incidem sobre aspectos limitados que não resolvem o problema e acrescentar medidas profundamente negativas.

Apresenta-se como uma grande medida a criação de uma taxa penalizadora para as empresas que passem certo nível de precariedade, dita aceitável. Mas, paga a taxa, essa espécie de licença para explorar o trabalho precário, este segue o seu caminho, agora legalizado, porque será mais vantajoso pagar a taxa, do que pagar um salário digno e assegurar trabalho reconhecendo direitos.

Por outro lado, sublinha-se a gravidade da medida que prevê que o período de experiência passe de 90 para 180 dias, para trabalhadores à procura do primeiro emprego ou em situação de desemprego de longa duração, retomando uma norma que o Tribunal Constitucional considerou inconstitucional.

Aspectos como a redução do tempo de prolongamento da duração dos contratos a prazo dos actuais três anos para dois anos não contrariam o efeito negativo geral das medidas apontadas. E já agora, e tempo do governo dar o exemplo no combate à precariedade existente na Administração Pública. Combate que o governo vai adiando, quando não bloqueando soluções. Há trabalhadores com vínculos precários que respondem a necessidades permanentes na Escola Pública, nos serviços de saúde, no IEFP, na Segurança Social e noutros serviços públicos que continuam sem saber se serão ou não integrados e quando.

Mas o Acordo não se fica pelo que atrás se disse. O Governo insiste em dar cobertura à desregulação dos horários mantendo as chamadas adaptabilidades e o banco de horas, agora numa nova versão que permite prolongar o horário mais 2 horas por dia podendo atingir as 50 horas semanais, criando crescentes dificuldades à compatibilização da vida profissional com a vida pessoal e familiar, à saúde e à vida dos trabalhadores e introduzindo mecanismos para minar a Organização sindical.

Para o PCP a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e da legislação laboral na Administração Pública impõe-se como um elemento necessário de valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Por isso, o PCP reafirma a sua intervenção e firme determinação de continuar o combate pela reposição de direitos e rendimentos injustamente usurpados, mantendo vivas as propostas que tem vindo a apresentar na Assembleia da República.

Avançando já no próximo dia 6 de Julho, data agendada para o debate do pacote da legislação laboral apresentado pelo governo para cobrir o seu Acordo de Concertação, com seis Projectos de Lei que, ao contrário das propostas do governo, visam limitar as possibilidades de contratação a prazo, de trabalho temporário, mas também limitar o despedimento colectivo e por extinção do posto de trabalho, a revogação do despedimento por inadaptação, bem como garantir a reposição das indemnizações por despedimento e do direito a férias na Administração Pública e no sector privado.” (doc.01) -----

--- O Senhor Dr. Marco Aurélio (PSD) fez a intervenção que a seguir se dá por integralmente reproduzida:

“Assunto: HABITAÇÃO SOCIAL

O PSD continua atento e não deixaremos de manifestar a nossa preocupação com o que se passa na Habitação Social no concelho da Covilhã.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2016



A situação da Habitação Social é complexa mas é simples explicar de onde viemos e onde estamos.

Como se pode ver no gráfico este executivo herdou em 2013, um número significativo de fogos de Habitação Social.

A Covilhã conseguiu até 2013 construir e disponibilizar, 681 fogos de Habitação Social.

Quando comparado com cidades como Guarda (70 fogos), Castelo Branco (302 fogos) ou Viseu (416 fogos) percebemos que a Covilhã tem mais do dobro do número de fogos de Habitação Social do que, por exemplo, a capital de distrito, Castelo Branco.

Encontramos no concelho de Braga um número semelhante de fogos de Habitação Social ao do concelho da Covilhã. Braga, tem 660 fogos de Habitação Social. Mesmo assim a Covilhã tem mais 21 fogos do Habitação do que Braga.

Não devemos aqui esquecer a dimensão de cada um dos concelhos, aqui comparados.

Se fizermos esse exercício percebemos que o concelho da Covilhã está num patamar elevado em relação ao número de fogos de Habitação Social disponíveis.

Um facto, é que em 2013 este executivo herdou um dos maiores Parques de Habitação Social I como aqui se disse e mostra pelos números e comparações apresentadas.

Desde 2013, o executivo socialista na Câmara da Covilhã é responsável pela manutenção e gestão dos 681 fogos de Habitação Social.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2016



Quando analisamos o número de obras de reabilitação ou manutenção ficamos a saber que em 2015 a Câmara da Covilhã não efectuou qualquer obra ou reabilitou nenhum dos 681 fogos de Habitação Social.

Ao não fazer obras durante um ano em nenhuma habitação a Covilhã, investiu zero euros por habitação social (e tem 681) a Guarda aplicou 326 euros/media/por habitação (tem 70), Castelo Branco investiu 394 euros/media/por habitação (tem 302) Viseu aplicou 129 euros em obras/em media/par habitação (tem 416).

Os números comparativos que aqui se apresentam são de 2015 mas em 2016 e 2017 os números na Covilhã são iguais, infelizmente.

O que se percebe é que a Covilhã é o concelho com maior número de fogos de Habitação Social mas é o que menos ou nada investe na manutenção destas infraestruturas de cariz social.

Este número revela um total desinvestimento na Habitação Social por parte do executivo socialista.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2016

HABITAÇÃO SOCIAL



Finalmente apresentam-se as receitas cobradas na Habitação Social no Concelho da Covilhã.

Apesar de ter o maior Parque de Habitação Social, quando comparado com a Guarda, Castelo Branco ou Viseu a Covilhã evidencia que não cobra os valores das rendas sociais.

Como já tive oportunidade de afirmar o valor das rendas da Habitação Social foram antecipados em 2005.

A actual Câmara da Covilhã não cobra as rendas mas tem de pagar os valores que anteciparam. Uma operação que o actual executivo conhece há 13 anos e da qual se queixa há 5 anos.

É evidente que não é essa operação que está a condicionar a realização de obras ou reabilitação nas casas da Habitação Social.

Bastaria que este executivo abdicasse de dois ou três "precários de luxo" que contratou para ter uma verba razoável para investir na Habitação Social do Concelho da Covilhã.

São estas as opções que o executivo socialista toma e que devem ser avaliadas por todos." (doc.02)

--- O Senhor Dr. João Bernardo (CDS-PP) prescindiu do tempo, para o utilizar na intervenção seguinte.

--- O Senhor Dr. Luís Fiadeiro (DNCCP) fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Neste período regimentar, podia abordar questões várias e diversas tais como:

*a) A continuada ostracização do interior que apesar das muitas palavras e boas intenções dos governantes, continua a ser evidente e manifesta, tal conforme resulta das políticas seguidas e que resultam **do continuado e injusto pagamento de portagens na A23 e A25 ou a falta de equipamentos dos hospitais sediados fora de Lisboa ou Porto, ou a falta de médicos nas zonas do interior do país,** ou a falta de políticas que possam incentivar o investimento no interior com a consequente criação de postos de trabalho ou a falta de uma estratégia que permita a deslocalização dos serviços sediados nos grandes centros populacionais para zonas mais desertificadas, **ou a manutenção do atual mapa judiciário,** sem que se criem novos juízos cíveis e criminais em zonas com alguma densidade populacional, como é o caso da Covilhã, de forma a permitir um melhor e adequado acesso das populações à justiça **ou a manutenção da atual lei do apoio judiciário** que impede que muitos portugueses beneficiem do aceso gratuito à justiça, o que por vezes os obriga a não exercerem um legítimo direito com tutela constitucional face aos enormes custos da justiça, ou a continuada discriminação do ensino superior/universitário que se encontra localizado no interior. Onde está a tão badalada discriminação positiva? Só palavras...!*

*b) Podia também abordar a gritante **falta de manutenção do funicular de S. João de Malta** que impede a sua normal utilização, nomeadamente pelas pessoas mais idosas, ou **a intrigante situação relativa à avaria dos semáforos** junto ao entroncamento entre a Rua Cidade do Fundão e a Av. 25 de Abril, situação esta que tem ocasionado vários acidentes, ou **a gritante falta de limpeza da ribeira da Goldra,** com o consequente crescimento de arbustos e vegetação que dá um péssimo aspeto aquela zona, ou **a falta de manutenção do Parque da Floresta,** como é gritante o estado de descuido que tal espaço foi remetido...! bem como **a falta de limpeza e manutenção do jardim da "Goldra"** - e que impede que a população possa desfrutar desses espaços - ou a continuada **falta de manutenção da habitação social** ou a **continuada falta ou ausência de estratégia** que permita uma circulação aautomóvel mais fluida na cidade com a gritante falta de sinaléticas e que impedem a quem nos visita, um acesso mais rápido e adequado aos locais que pretendem visitar, enfim.*

Podia aludir tais assuntos...mas entendi e no exercício de um direito legítimo, de abordar a questão da distribuição da documentação remetida para esta Assembleia Municipal por parte da Câmara Municipal da Covilhã e que serve de suporte aos pontos da ordem de trabalhos... Consideramos que é deveras exíguo o tempo que medeia entre a data da sua distribuição e a data em que se realizou esta Assembleia...! Vivemos em democracia... e como tal é mister respeitar a vontade do povo, traduzida no exercício do voto em eleições livres... em democracia há vencedores... e vencidos. Contudo também constitui uma regra basilar o respeito pela oposição...ora a grande maioria dos deputados desta Assembleia Municipal, não são profissionais da política... vivem dos seus trabalhos... e num ato de cidadania aceitaram fazer parte das listas e ao merecerem a confiança dos cidadãos eleitores... foram eleitos...e como tal merecem respeito. Desta forma remeter aos deputados municipais com cerca de 60 horas de antecedência parte da documentação de suporte relativa a pontos da ordem de trabalhos que face à sua importância merecem a adequada

ponderação, estudo e reflexão, é deveres insuficiente, razão pela qual, merece de nossa parte o adequado protesto... se pretendemos viver numa sociedade mais justa com respeito pela diferença, é essencial o respeito pela oposição, pois é no confronto livre das ideias e sem qualquer revanchismo, que surge a luz da verdade.

*Esperamos que no futuro a referida documentação seja disponibilizada com mais tempo de forma a evitar os constrangimentos que surgiram na presente data e que estão relacionados com o tempo disponibilizado para a análise dos documentos... pode dizer-se que os documentos foram remetidos com 48 horas de antecedência ...mas senhores deputados, todos nós sabemos, nomeadamente aqueles que se preocupam em analisar e refletir sobre os temas em discussão que **esse tempo é escasso...insuficiente...!** Assim agradecemos que no futuro toda a documentação, seja enviada com tempo, no mínimo, aquando da convocatória das Assembleias. Para bem da democracia. Para bem do concelho da Covilhã.”*
(doc.03) -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro (PS) fez a intervenção sobre a Interioridade, com o seguinte teor:

*“O grande e saudoso José de Almada Negreiros escreveu um dia que *quando eu nasci já todas as palavras para salvar o Mundo tinham sido escritas, faltava efectivamente salvá-lo.**

E, em bom rigor Senhoras e Senhores Deputados, quando eu nasci, fiz agora 40 anos, ~~e~~ quase que me arriscaria a dizer que todas as palavras para salvar o Interior já tinham sido escritas, só faltava salvá-lo. E, infelizmente continua a faltar salvá-lo e infelizmente continua a ser um tema do dia. Eu faço política nesta Assembleia desde 2001. Eu tive oportunidade de ser candidato a secretário-geral da Juventude Socialista em 2005 e esse foi o tema principal e central da Juventude Socialista, na altura, e da moção global de estratégia que apresentei. É um tema ao qual o Partido Socialista aderiu há muitos anos.

Vemos hoje que, infelizmente e talvez por tragédia das circunstâncias do Verão passado, é um tema muito caro para todos. Aliás, todos são bem-vindos a este combate, todos os movimentos, todas as forças, todas as associações são muito bem-vindas, temos pena é que cheguem tarde e temos pena que muitos destes movimentos, associações, iniciativas que hoje vemos aqui primados sobre o Interior (do meu ponto de vista pessoal e estritamente pessoal e não envolvo com isto quer a Bancada do Partido Socialista, quer o próprio Partido) são, do meu ponto de vista, um branqueador de consciências, um palco de vaidades, que pretendem acomodar egos que não cabem no seu próprio umbigo e pretendem, de alguma forma, ludibriar aquilo que têm sido as responsabilidades desses agentes, ao longo destes anos, naquilo que é desgraça e que tem sido a injustiça que sistematicamente tem sido feita para com o Interior, porque é preciso percebermos a diferença entre descentralização e deslocalização.

Nós não estamos a ajudar o Interior, por exemplo, e contra mim falo do ponto de vista partidário, quando eu decido relocalizar o INFARMED, em vez de Lisboa, no Porto, porque eu aí estou a tirar de um centro para colocar noutra.

Eu estou a ajudar o Interior quando decido, por exemplo, relocalizar um Call Center da Segurança Social, retirá-lo de Lisboa e pô-lo no Interior, ou um serviço, uma direcção-geral, ou um serviço de uma fundação, ou de um Ministério desconcertado, tirá-lo de Lisboa e pô-lo no Interior; quando eu decido antecipar em 10 anos um investimento de gás natural, que tinha ser previsto para dois mil e troca o passo e antecipá-lo para 95 ou 96, que foi quando ele, por decisão do Partido Socialista, veio; eu estou a tomar uma decisão a favor do Interior quando

decido localizar na Covilhã uma Faculdade de Ciências da Saúde em detrimento daquilo que é as Faculdades do Litoral; eu estou a decidir e estou a favorecer o Interior quando decido antecipar, como aconteceu recentemente na nossa Cidade, o investimento de requalificação da linha ferroviária da Beira Baixa. Isto são actos, isto são coisas concretas, isto não são promessas vãs, não são programas de televisão, não são processos de intenção, nem são vontades, isto são coisas concretas.

E aquilo que nós, Meus Senhores e Minhas Senhoras, precisamos no Interior é de gente que faça, de gente que, independentemente do Partido político que esteja no Governo Central, venha concretizar aquilo que agora apregoam, que é o seu amor ao Interior. Apesar de reconhecermos e agradecermos, ao Governo, a redução de 30 % nas portagens para os transportes pesados, não chega! É pouco! Dizemos claramente que é pouco.

Reduziram 15% as portagens para todos os utilizadores, é bom, mas é insuficiente; reduziram agora 30% as portagens para os transportes pesados, é bom, mas é insuficiente, não chega. Vamos manter esta batalha, mas é necessário ir mais longe, é necessário reactivar aquilo que já, com os Governos do Partido Socialista, esteve em vigor, que diz respeito ao IRC, mas é necessário se calhar fazer uma diferenciação positiva de IRS, das pessoas que aqui vivem, todas! Não são aquelas que querem vir para cá, são todas, todos aqueles que aqui vivemos. É se calhar necessário fazer uma diferenciação positiva a quem quer adquirir casa, ou a quem quer, por exemplo, vir para aqui trabalhar e ter uma compensação nas pensões de reforma.

É preciso coragem política, Senhoras e Senhores Deputados!

E, aquilo que eu peço e a minha intervenção, nesta Assembleia, vem no sentido de alertar desta necessidade, de alguma forma explicar que o Partido Socialista e eu próprio não chegámos a este debate agora, de saudar entusiasticamente aqueles que agora chegam a este debate, porque este debate já se iniciou há muitos anos. Aliás, eu diria, só se resolverá porventura definitivamente com a questão da regionalização. E, haja coragem!

Eu gostava de ouvir os Senhores Deputados Municipais e as respectivas forças partidárias sobre o que é que cada um de vós acha da importância, ou não, da regionalização, do desenvolvimento regional do Interior. E são com coisas concretas, com medidas concretas, que de forma insuficiente, felizmente este Governo também tem vindo a tomar, não são com encerramento de postos, não são com encerramento de serviços, não são com concentração ou deslocalização de serviços do Centro de Lisboa para o Centro do Porto, ou para o Centro de Coimbra, são com medidas com impacto concreto nos nossos territórios.

E, por isso, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente eu termino dando esta nota: contem com o Partido Socialista!" -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. João Bernardo propôs um Voto de Louvor à Wool que a seguir se dá por integralmente reproduzido:

“Nos últimos tempos a Covilhã tem assistido a um desenvolvimento turístico e cultural promovido por particulares, a quem este município deve, não só uma palavra de agradecimento mas sobretudo de incentivo.

Uma destas iniciativas decorreu recentemente, entre os dias 02 a 10 do corrente mês de Junho, e que pela sua organização, dinâmica, projeção nacional e internacional que leva o nome do nosso concelho, pelas melhores razões, por esse mundo fora, mas sobretudo por fazer desta forma de intervenção cultural, uma verdadeira reabilitação urbana do nosso centro histórico, conferindo-lhe a vida e atividade que todos almejamos e muito poucos alcançam, merece reconhecimento. Assim, e porque é, unanimemente, reconhecido que o WOOL tem dado uma enorme projeção à cidade e mais que se manter, a cada edição, revela uma maior vitalidade e pujança dignas de menção e de louvor, apesar das conhecidas vicissitudes e dificuldades que os seus organizadores enfrentam, e cuja resiliência e criatividade reveladas merecem a nossa admiração, propõe-se que a Assembleia Municipal de Covilhã reunida em sessão no dia 29 de Junho de 2018 delibere aprovar a seguinte moção:

Aprovar um voto de louvor e de incentivo ao Wool – Festival de Arte Urbana da Covilhã, e nas pessoas dos seus promotores e organizadores, Pedro Seixo Rodrigues, Elisabet Carceller e Lara Seixo Rodrigues e demais colaboradores e artistas envolvidos no projeto, transmitir- lhes o agradecimento deste Órgão Municipal, pelo excelente trabalho realizado até ao momento, nomeadamente, que se constatou na última edição, do corrente ano, ficando a aguarda com a maior expectativa e todo o nosso apoio, pelas próximas intervenções e edições.” (doc.04) -----

De seguida apresentou uma Recomendação à Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“Recomendação

Quem acompanha de perto a vida do associativismo no nosso concelho tem assistido e tem visto que as associações se têm deparado com um problema sério, mas muito sério: a questão do licenciamento (ou falta dele) das sedes e instalações sociais das associações do nosso concelho. São muito poucas as associações que, apesar de terem nas placas de inauguração de tais edifícios, a identificação dos presidentes de câmara e vereadores, com a participação e intervenção oficial das várias entidades competentes, afixadas nas suas paredes a dizer que aquele edifício foi inaugurado em tal dia, e que tenham, efectivamente, as suas sedes e instalações sociais devidamente licenciadas e regularmente em funcionamento.

A situação foi sendo, até agora e desde há já algum tempo, alertada e foi sendo chamada à atenção, das mais diversas formas, pelos dirigentes associativos que sempre de uma forma clara e transparente, tentaram e tentam uma solução junto dos órgãos e responsáveis municipais, porém sem resposta.

Acontece porém que, tivemos agora notícias, esta semana que - por ventura no âmbito das obrigações e deveres que a câmara tem - as associações começaram a ser autuadas por utilização com falta de licenciamento de algumas sedes e instalações sociais.

Apesar de alarmante, Eu não estou demasiado preocupado com este facto. Estou, isso sim, mais preocupado com o outro facto que é muito mais relevante para a vida das associações: é que - e se até agora esta situação, apesar de muito grave, não tem grandes repercussões na vida das associações, porque infelizmente os fundos comunitários tem sido o que são e não tem não tem havido com grandes candidaturas nem apoios, todos nós sabemos os requisitos essenciais neste momento - tal como hoje também aqui vamos discutir no âmbito do regulamento associativo - é que todos os apoios a ser concedidos pelas entidades públicas às associações dependem e estão condicionados à legalização e ao licenciamento efectivo das suas instalações sociais, nomeadamente para obras e para alterações. Ou seja para aquilo que é mesmo importante, para o que é, efectivamente, necessário fazer, as associações nesta situação ficam excluídas de aceder a qualquer apoio público!

É por isso urgente e necessário tomar medidas sérias e concretas para tentar alterar este estado de coisas!

Eu não tenho estatísticas oficiais, mas seguramente mais de 90% das associações com que já falei, não tem as suas sedes e ou instalações sociais devidamente licenciadas.

Estamos portanto perante um assunto tão grave, tão importante, tão premente e com tamanhas repercussões para a vida do movimento associativo, que todos nós aqui acarinhámos e queremos, de facto, ajudar, eu, em nome do CDS-PP, recomendo e proponho à Câmara Municipal a criação de um grupo de trabalho específico para levantamento de todas as necessidades das associações a nível licenciamento.

Mais, tendo consciência que esta matéria não depende diretamente da competência dos Municípios, que esta Câmara, tenha a coragem e o saber para propor ao seu governo socialista aquilo que já foi feito aqui há uns anos atrás no que diz respeito ao programa de regularização extraordinária das atividades empresariais mas adaptada às associações.

É possível, pelo menos, fazer isto.

Se foi possível fazer um programa excepcional para a regularização de empresas que não tinham licenciamento é, seguramente, necessário e exigível que se faça com o mesmo para as associações deste Concelho e do País, porque seguramente o caso da Covilhã não será caso único no país.

Fica a presente recomendação e ficamos à espera que a Câmara tome rapidamente, uma posição séria e eficaz sobre esta matéria, e não se limite a multar as associações que não têm licenciamento.” -----

--- Colocado à votação o **Voto de Louvor à Wool – Festival de Arte Urbana da Covilhã** foi o mesmo **aprovado por unanimidade.** -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Eu quero, em nome da Bancada do Partido Socialista, justificar o voto favorável dizendo: é totalmente merecido e justo este reconhecimento, desta Assembleia, a um Festival de Arte Urbana, que teve sobretudo o seu impulso, o seu vigor, o seu crescimento, com o Executivo do Partido Socialista na Câmara Municipal. Isso é um motivo de orgulho enorme.

Efectivamente, o Festival de Arte Urbana Wool teve início em 2011, se não me falha a memória, no seguimento daquilo que foi um apoio pontual, da Direcção Geral de Artes, ao projecto e à candidatura dos promotores que, infelizmente o digo, na altura o referi nesta Assembleia, não mereceu o apoio, o seguimento e o acompanhamento devido, por parte desta Câmara Municipal.

Em boa hora, em 2013, este Executivo Municipal e esta maioria percebeu que o Festival de Arte Urbana Wool, era uma iniciativa ligada às artes absolutamente âncora e central daquilo que era o desenvolvimento artístico e a actividade artística e cultural da nossa Cidade. E, em boa hora, este Executivo Municipal e o Senhor Presidente da Câmara, creio que em 2015, propôs a esta Assembleia, ao Executivo Municipal e depois a esta Assembleia, que o Festival Wool fosse apoiado, anualmente com 25 mil euros e inscrito no Plano Plurianual de Actividades que estará em vigor até 2019 ou 2020.

Espero e faço um apelo ao Senhor Presidente da Câmara que terminado este apoio, que está já hoje contratualizado e inscrito no Plano Plurianual de Actividades desta Câmara Municipal, votado por esta Assembleia, este colectivo artístico e este festival continue a merecer, por parte desta Câmara Municipal, a melhor atenção e o melhor apoio.” -----

--- O Senhor Dr. Luís Fiadeiro apresentou um Voto de Protesto, do seguinte teor:

“É por todos reconhecido que Portugal é um país com gritantes diferenças entre o Litoral e o Interior... apesar das muitas promessas realizadas por diversos governos... apesar dos inúmeros estudos e reflexões efetuadas por variadas comissões de trabalho...apesar dos esforços e trabalho realizado por muitas autarquias ...não tem sido possível amenizar tais diferenças ... as palavras são importantes ...mas mais importante que as palavras...são os atos ... e como tal não podemos deixar passar seja em que situação for, qualquer ato ou situação que possa de alguma forma aumentar ainda mais o fosso entre o Litoral e o Interior e que esteja a afetar alguma população de forma discriminatória.

Tudo isto vem a propósito com a situação que as pessoas das Cortes do Meio estão a passar e relacionada com o facto de desde o passado dia 21 de junho estarem sem acesso à INTERNET e TELEVISAO da operadora ALTICE.

Ora, Cortes do Meio é uma Aldeia do concelho da Covilhã, cuja população, laboriosa, humilde e empreendedora, merece ser tratada com respeito e consideração por todas as pessoas e ou entidades nomeadamente aqueles que prestam serviços.

É incompreensível e como tal injustificável que a população esteja impedida de aceder desde o passado dia 21 de junho a um serviço que lhe é prestado pela ALTICE.

Tal situação deve merecer de todos o nosso protesto, certo que ninguém pode ser discriminado e/ou prejudicado só porque reside numa localidade do concelho da Covilhã.

É urgente a resolução da questão em apreço, repondo o acesso a um serviço de INTERNET e TELEVISÃO.

A presente situação não pode nem deve deixar de ter de nossa parte o nosso PROTESTO.

Assim propõe-se a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um VOTO DE PROTESTO, pela suspensão dos serviços de INTERNET e TELEVISÃO da operadora ALTICE, na localidade das Cortes do Meio - Covilhã, com a recomendação de que tal serviço seja reposto o mais rapidamente possível.

Caso este voto seja aprovado deve ser remetido para:

1- Presidente da Câmara Municipal da Covilhã

2- Presidente da Altice

3- Exmo. Senhor Primeiro Ministro.” (doc.05) -----

--- Colocado à votação o **Voto de Protesto** foi o mesmo **aprovado por unanimidade.** -----

De seguida, o Senhor Dr. Luís Fiadeiro apresentou uma Recomendação à Câmara Municipal:

“A floresta constitui uma das maiores riquezas da terra que urge preservar e salvaguardar. A sua limpeza e manutenção, constitui um dever, uma obrigação dos seus proprietários, de forma a salvaguardar o seu harmonioso crescimento e proteção dos incêndios.

No ano transato foi o país afetado com a ocorrência de vários incêndios que a destruíram em grande parte, bem como provocaram a morte de centenas de seres vivos, nomeadamente humanos.

As zonas mais afetadas por tais tragédias foram no interior do país, e em localidades com pessoas mais idosas e indefesas.

Foi um alerta de consciências.

Face ao sucedido foram tomadas várias medidas com o objetivo de se evitar no presente, os erros do passado.

Contudo, é necessário não se cometer excessos na limpeza da floresta. Não se pode nem se deve cortar árvores a "eito" sem qualquer critério, com base na sua pretensa defesa.

Vem isto a propósito dos trabalhos que estão a ser realizados pelo Instituto de Conservação da Natureza e Floresta (INCF) na zona entre o Bairro da Biquinha e as Sete Fontes na cidade da Covilhã.

Com bastante preocupação, verifico que está a ser realizado um corte indiscriminado de pinheiros de grande porte, muitos deles centenários, criando-se assim uma enorme zona onde não há qualquer árvore.

Por outro lado, cortam-se as árvores, mas não são limpos os terrenos, permanecendo neles a vegetação rasteira, tais como mimosas e acácias.

Desconhece-se em absoluto os critérios que estão a ser utilizados para o referido corte e conseqüentemente a sua razão de ser, bem como o destino que se está a dar aos pinheiros já cortados.

Diga-se ainda e também com grande preocupação, que no Parque Florestal estão marcados vários pinhos de grande porte, pelo que o seu corte deve estar eminente.

Assim e face ao acima exposto e porque podemos estar a ser afetados com um ato de conseqüências nefastas para a cidade da Covilhã, recomenda-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã que com a maior urgência possível contacte o INCF no sentido de solicitar a suspensão do corte das árvores que está a ser realizado até à data que sejam explicados os critérios e a razão de ser do referido corte florestal para além de informarem qual o destino que está a ser dado às árvores objeto dos cortes

Tal reclamação e torna-se a frisar tem caráter urgente, de forma a ser esclarecida e clarificada a situação em apreço... para bem de todos." (doc.06) -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que o PCP reafirma a sua posição na defesa da contagem de todo o tempo de serviço, para efeitos de descongelamento da progressão nas carreiras e disse:

“Nove anos, quatro meses e dois dias.

Este é o tempo durante o qual Professores e Educadores trabalharam nas Escolas, mesmo sabendo que não iam progredir devido ao congelamento, mas em que foram diligentes contribuindo para a qualidade da escola pública para a melhoria dos resultados dos alunos.

Não colhem por isso as tentativas de achincalhamento público de professores e educadores e de apoucamento da sua luta, têm razão os professores e os educadores.

E cabe aqui desfazer um primeiro mito que o tempo de serviço a recuperar tem de ser negociado previamente, para chegar a um acordo que permita o início de negociações entre Governo e Sindicatos, não tem. É um direito que decorre da carreira e o reconhecimento da sua contagem decorre da Lei do Orçamento de Estado, na redacção do artigo 19.º que reconhece a contagem não de, mas do tempo de serviço, sujeitando-se a negociação apenas o prazo e o modo da

expressão remuneratória. É nesse sentido também a declaração de compromisso entre Sindicatos e Governo de 18 de Novembro de 2017. E, se dúvidas houvesse, a Resolução n.º 1/2018 clarifica e recomenda a contagem de todo o tempo de serviço. Assim sendo, temos que perguntar ao Governo em que é que ficamos, pretende o Governo falhar com o cumprimento da Lei do Orçamento de Estado? Vai desrespeitar a declaração de compromisso, assinada com os Sindicatos?

O segundo mito prende-se com a carreira docente, são 10 escalões e não existe progressão automática, porque exige mediante os escalões específicos tempo de serviço de permanência no escalão, avaliação de desempenho com o mínimo de bom, horas de formação continua, observação de aulas e obtenção de vaga para progressão ao quinto e ao sétimo escalões. Segundo a OCDE, em média, as carreiras de professores para atingirem o topo demoram 24 anos, em Portugal demoram 34 anos. Ou seja, negando a contagem integral do tempo de serviço, está o Governo a apontar para uma carreira que pode chegar aos 48 anos de serviço? Num contexto em que existem inúmeros professores que antes de sequer conseguirem entrar para a carreira passam 10, 20, 30 anos como contratados?

E não é exagero Minhas Senhoras e Meus Senhores!

No último concurso externo extraordinário, no grupo de recrutamento de Português-Inglês a primeira professora colocada tinha 20 anos de serviço e a última levava já 11 anos.

Terceiro mito as contas do Governo – foram contas feitas para impressionar a opinião pública que partem de pressupostos errados. Os professores não progridem todos a 1 de Janeiro de 2018, progridem ao longo do ano. Os professores não receberiam o valor total do escalão em 2018, porque como a restante Função Pública só receberia 25%. Além disso, o número de progressões não depende apenas do tempo de serviço e sim do cumprimento de diversos requisitos obrigatórios. O Governo sabe que os professores nunca exigiram que a recuperação do tempo de serviço desse de uma vez só e colocaram o seu faseamento ao longo de cinco anos, a iniciar em 2019. Pelas palavras do Ministro da Educação e do Primeiro-Ministro levanta-se a ideia de nunca vir a haver essa recuperação integral. Implica isto que o Governo assume que está a destruir a carreira dos professores tal como a conhecemos.

Outras questão se colocam – o Governo tem optado pelo confronto com os Sindicatos gerando um clima de conflitualidade na escola pública, é o caso da recente nota informativa da DGESTE sobre a greve convocada a partir do dia 18, que contém disposições que claramente visam condicionar o direito à greve de professores e educadores e orientações que podem ser lidas como ilegais, nomeadamente quanto à recolha antecipada dos elementos relativos à avaliação dos alunos, ou à realização do conselho de turma à terceira convocatória.

A decisão do Colégio Arbitral sobre a aplicação de serviços mínimos, a partir do dia 2 de Julho, à greve às avaliações, convocada por treze organizações sindicais, para além da legalidade duvidosa, confirma a incapacidade do Governo de fazer uma leitura objectiva da situação que se está a viver nas escolas, nomeadamente a participação massiva nas acções de luta que têm vindo a ser realizadas. Para além do facto de continuar numa postura de incumprimento da Lei do Orçamento de Estado de 2018 e do compromisso assumido com as organizações sindicais a 17 de Novembro de 2017, o Governo insiste num caminho de conflitualidade independentemente das consequências que daí possam advir para os alunos.

O PCP sublinha o facto de, ao contrário do Governo, as Organizações Sindicais terem vindo a manifestar uma grande flexibilidade para a resolução de um problema que ultrapassa, em muito, a contagem do tempo de serviço prestado para efeitos de descongelamento da progressão das carreiras.

Estamos perante um Governo que insiste em não assumir o cumprimento da Lei e este é um problema político de consequências imprevisíveis.

Perante a disponibilidade das Organizações Sindicais, de estender no tempo a concretização da recuperação de todo o tempo efectivamente trabalhado, o Governo numa atitude prepotente abandona as negociações e ameaça que ou os Sindicatos aceitam perder quase sete anos de trabalho efectivo, ou não será recuperado tempo nenhum.

O que o Governo está a propor aos Professores é que abduquem de 25% da sua vida profissional para efeitos de carreira, e isso é inaceitável.

O facto de na Madeira se ter encontrado uma solução, que passa pela contagem de todo o tempo de serviço, 9 anos 4 meses e 2 dias, a concretizar até 2025, confirma a viabilidade de uma solução semelhante para todos os professores e educadores.

O PCP reafirma a sua posição na defesa da contagem de todo o tempo de serviço prestado pelos trabalhadores da administração pública e, neste particular pelos docentes, para efeitos de descongelamento da progressão nas carreiras.

É tempo de o Governo tratar os professores e os educadores deste País com respeito e de valorizar social e profissionalmente a sua função.” -----

- O Senhor Dr. David Silva (Tortosendo): “ Senhor Presidente da Câmara Municipal, dar-lhe conta do agrado, por parte da Junta de Freguesia, pelo facto de estarem a decorrer as obras na escola EB Montes Hermínios. Apenas alertá-lo que decorreu, esta semana, uma reunião e ficámos a saber que duas salas de aula, dessa escola, não iriam ser intervencionadas, foi-nos isso comunicado pela Câmara Municipal da Covilhã, pelo que poderemos ter, no início do ano lectivo, uma escola arranjada com duas salas não intervencionadas. Apelamos, à Câmara Municipal, para que não haja salas de aulas de primeira e de segunda, nessa escola, no arranque do ano lectivo.

Ainda no que respeita ao início do ano lectivo - já recebemos o pedido da possibilidade das Juntas de Freguesia continuarem a protocolar, com a Câmara Municipal, o aquecimento escolar e as refeições. Pergunto se está prevista alguma reunião para Julho ou Agosto, uma vez que a Assembleia Municipal reúne em Setembro, para que as Juntas de Freguesia possam cumprir a contratação pública, no sentido do início de aulas decorrer de forma correcta.

Alertar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de uma situação, que já foi comunicadas às Águas da Covilhã, existe no Tortosendo uma situação de esgotos a céu aberto, no sítio dos Lagares, as Águas da Covilhã já têm o levantamento dessa situação e pedimos à Câmara Municipal da Covilhã que tenha a melhor atenção para que esse assunto possa ser resolvido. “

--- O Senhor Dr. Hugo Lopes referiu:

“A meio de 2018, temos uma Covilhã que perdeu 40% dos seus jovens em 15 anos. Uma Covilhã com uma Câmara que promete obras numa Escola Secundária e não as executa com a maior naturalidade. Uma Câmara com um PS que denuncia o subfinanciamento da UBI e do CHCB mas que, ao nível nacional, não tem influência junto do seu partido no governo para o combater. Uma Câmara que nada sabia sobre o encerramento de um dos mais emblemáticos infantários da cidade e que o aceita como se nada fosse; com um PS que defende a abolição das portagens ao mesmo tempo que penaliza os estudantes e os idosos, querendo cobrar pela utilização dos elevadores e funiculares. Pode alegar custos de manutenção, mas vai passar a gastar o dobro com a integração de dezenas de socialistas nos quadros do município – alguns dos quais votaram

neles próprios e nos seus familiares – quando se sabe que 49 tarefeiras, verdadeiras ‘precárias’, não vêm a sua situação resolvida.

Uma Covilhã com uma liderança ausente, que quase parece vir aqui na mesma condição que eu – em regime de substituição.

Há dois meses, nas comemorações do 25 de abril, as bancadas foram quase unânimes quanto aos direitos que a Revolução dos Cravos nos trouxe.

Gritou-se liberdade. Exaltou-se a democracia e apregoou-se a transparência.

Mas, infelizmente, a liberdade não se anuncia, pratica-se.

Por querer imprimir uma oposição responsável – construtiva, mas interveniente – o PSD solicitou o acesso às informações das reuniões de câmara. Algo tão simples quanto os anexos às ordens de trabalhos.

No entanto, de cravo na lapela, a única informação obtida foi a conclusão objetiva do desconhecimento executivo face ao Direito de Acesso à Informação e aos mais elementares princípios de convivência democrática. Qual Frei Tomás, faz o que ele diz, não faça o que ele faz.

Não basta falar de Abril, é preciso cumprir Abril.

As informações solicitadas encontram-se ao abrigo do Direito de Oposição (Lei 24/98, de 24 de maio), que, logo no artigo 3º, confere ao PSD o Estatuto de Oposição só por estar representado neste órgão deliberativo e não pertencer ao executivo. O Estatuto é depois batizado na Lei 26/2016, que estabelece o Regime de Acesso aos Documentos Administrativos e desenvolve o Princípio da Administração Aberta criado pelo art. 17º do Código do Procedimento Administrativo (DL 4/2015, de 7 de janeiro).

O art. 5º desta lei é claro: o PSD tem direito aos documentos para consulta, reprodução e informação.

Por conseguinte, com toda a frontalidade, mas também com todo o respeito democrático:

As maiorias absolutas não podem branquear o sedentarismo político, nem a falta de informação e transparência. No futuro, não queremos passar pela figura de estar 8 anos na oposição e alegar o desconhecimento de 90% dos processos aprovados.

Não contem com o PSD para assobiar para o lado.

Sr. Presidente,

Sra e Srs. Vereadores, Querem ou não cumprir Abril? Querem ou não cumprir a Lei?

Vão ou não enviar os documentos a que temos direito?” (doc.07) -----

--- A Senhora Prof. Doutora Assunção Vaz Patto: “Um estudo de Março de 2018 pela Universidade de Coimbra revela um aumento do número de suicídios no interior do País, que é um fenómeno social que saiu do Alentejo e atingiu o Centro e o Norte. São apontadas causas do processo: o envelhecimento das populações, a falta de dinamismo social e económico e o menor acesso a bens e serviços. O que se repete de território em território e que foi posto a nu nos incêndios de Junho e Outubro, que recordamos agora.

Representamos uma gente que tem menos votos, paga os mesmos impostos mas que são menos no total, e é vista como o parente pobre do País. Independentemente das cores políticas que temos, somos tratados como portugueses de segunda.

A redução em 15% das portagens e as benesses para as empresas em termos de combustíveis não representam alterações visíveis para o cidadão normal, que continua a combater num território com poucas oportunidades, pouca gente, muitos impostos (alguns mesmo muito

caros, como é o caso da água) e pouco acesso a serviços terciários, nomeadamente na área da saúde, como acontece com os serviços de oncologia por exemplo.

Necessitamos de uma política positiva para o território do interior com discriminação positiva não só das empresas como do cidadão comum, com menos impostos, maior acesso a serviços terciários, melhores condições de trabalho e de cultura e de networking. Isto consegue-se com movimentos independentes- alguns já no campo- mas muito também pela acção do poder local. É necessário um movimento de massas que envolva todas as pessoas, mesmo aquelas que estão alheadas da política, porque não estamos a defender cores políticas, estamos a defender o nosso território e a nossa maneira de viver.

O CDS-PP recomenda assim ao executivo camarário e às juntas do Concelho da Covilhã que não se demitam de participar em órgãos independentes a favor do Interior e que se manifestem em todos os sítios onde possam ser ouvidos a favor de uma política de impostos que favoreça o Interior, da abolição de portagens, da descentralização de serviços importantes e de políticas de saúde e de educação e de justiça com efeitos reais na vida dos cidadãos do Interior. Todos somos poucos.” (doc.08) -----

--- O Senhor Dr. Francisco Lino referiu: “A abertura da Covilhã durante as últimas décadas, tem sido bem mais do que apenas cumprir seus compromissos.

Ao integrar na Polis pessoas oriundas de outras origens, foi solidária e tem sido inclusiva.

A Covilhã cumpriu muitos dos seus compromissos, é verdade, contudo face aos problemas demográficos que enfrenta, é chegada a hora, na nossa opinião, de impulsionar Bio políticas, numa escala e profundidade de grande abertura.

Se é importante na Bio política a redução de tarifas através de baixar taxas, e melhorar a estrutura de taxas municipais, aliviando o orçamento mensal dos residentes, também é verdade que é fundamental relaxar o acesso ao comércio tradicional, à cultura e à mobilidade, e para tal, a diminuição de barreiras administrativas é certamente importante.

Uma Covilhã aberta ao País, aberta ao Mundo, dará certamente resultados positivos e mais oportunidades de investimento.

Como a globalização económica é uma tendência irreversível, a Covilhã não deve desacelerar, nem parar os seus passos de abertura.

Neste ponto de partida histórico da nova era, esta terra, este concelho tem que se esforçar para fazer uma nova rodada, na busca de abertura em todas as frentes, e direccionar a globalização económica para uma direcção mais aberta, inclusiva, equilibrada e de benefício mútuo.

Por estas razões, na nossa agenda económica e cultural, sendo pontos fulcrais na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento turístico da região, que aliada a tudo o que a Covilhã tem para oferecer servirá de alavanca dinâmica para a economia local.

O que propomos à vossa reflexão e discussão, é certamente a forma de fazer Bio política, pois quanto mais discutirmos democracia, mais ela pode crescer.

Assim, entendemos oportuno apresentar as seguintes propostas:

1 – Um programa especial, com a criação da uma Placa de empreendedorismo económico e cultural da Lusofonia.

Será certamente, num futuro próximo, uma agenda e um grande acontecimento que podemos viver, um verdadeiro hino à diversidade, com uma teia dinâmica de eventos, geminados com países de cultura lusófona.

A questão que se coloca na actualidade, é a de saber qual o risco que corre a Covilhã, de não compreender a importância do relacionamento com outras culturas, nomeadamente as oriundas da lusofonia.

A Covilhã tem nestes domínios da economia e da cultura, um contributo histórico a dar, e perante uma escassez de servir o concelho e a região, seria desastroso, que ficasse pelo caminho uma visão mais alargada, a um desenvolvimento mais acelerado do nosso posicionamento nacional.

2 - A segunda proposta, que apresento, designada por "A Covilhã viaja pelo Mundo", vai no sentido de convidar um fotógrafo de renome nacional, ou mesmo internacional, para preparar um trabalho artístico versus visual do concelho da Covilhã, com o objectivo de promover o território e as oportunidades endógenas, físicas e outras, no País e na Diáspora, ou seja nas comunidades oriundas da região.

Finalmente, é com esperança no surgimento, de novas figuras de um político, que recupere o propósito original, de fazer política e que dê sentido a nossa existência.

Não estou aqui para condenar a Política, ou fazer anti política, estou aqui para perspectivar e entender a melhor forma, mais radical, da bio política.

Senhoras e senhores deputados, a nossa existência é um facto político!

A Bio política é lutar contra o impossível, e se é verdade que a Polis remete à palavra cidade, a Política remete ao cidadão.

Somos cidadãos livres? Estamos habilitados a ser cidadãos livres? Quantos serão os que não participam por serem cidadãos excluídos?

Dizem por aí que não há crise, que não se nota...

Senhoras e senhores deputados, a cidadania não é uma categoria formal, um cartão de cidadão, um voto.

A cidadania é uma causa de todos

Não haverá indivíduos livres, com uma economia selvagem, onde a economia desigual é igual a democracia desigual.

O sistema político tradicional está a beira de um colossal desequilíbrio e mudar não vai ser Grátis." (doc.09) -----

--- O Senhor Eng.^o Hélio Fazendeiro apresentou uma Moção contra a falta de vagas para formação de médicos especialistas com o seguinte teor:

"O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 diz o seguinte:

Toda a pessoa tem o direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários"

Por outro lado, o artigo 64 da Constituição da República Portuguesa afirma taxativamente no seu ponto 1 que "Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover." Explicando mais à frente no ponto 3 do mesmo artigo que "...incumbe prioritariamente ao Estado:

a) Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;

b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde;"

No caso concreto da Covilhã, as populações são servidas sobretudo através do Centro Hospitalar da Cova da Beira, criado por Decreto-Lei de 1999 (DL n.º 284/99, de 26 de Julho) e integra o Hospital da Covilhã, Hospital do Fundão e o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental. Este Centro Hospitalar garante os cuidados de saúde nos territórios dos concelhos da Covilhã, Fundão, Belmonte e Penamacor e ainda franjas dos concelhos de Manteigas e Sabugal abrangendo aproximadamente cerca de 100.000 pessoas e tem sobretudo graças aos recursos humanos que ali trabalham e com os poucos recursos que dispõem, e por nós já várias vezes denunciados como sendo injustamente subfinanciados relativamente aos Centros Hospitalares dos grandes centros do litoral, obtido resultados verdadeiramente notáveis consubstanciados com uma opinião generalizada de satisfação nos utentes e reconhecido nacional e internacionalmente por diversos prémios e distinções já recebidos.

Acresce que este Centro Hospitalar é também Centro Médico Académico, fruto do trabalho conjunto com a Universidade da Beira Interior, nomeadamente através da Faculdade de Ciência da Saúde onde todos os anos são formados novos médicos capazes de passar à fase seguinte da sua carreira/formação médica de especialidade.

E é precisamente aqui que reside, em nosso entender, uma nova fonte de discriminação do CHCB, dos nossos territórios e populações. Para além do supracitado subfinanciamento em contexto de interioridade, deparamo-nos ano após ano, com um problema crítico da falta de vagas para formação de médicos especialistas, com especial incidência e afectação dos territórios do Interior que escandalosamente tem uma percentagem ínfima de vagas, e neste caso em particular, do Centro Hospitalar da Cova da Beira e do ACES Cova da Beira.

Noticias recentemente vindas a público, dão-nos conhecimento da existência de 2633 candidatos às cerca das 1700 vagas para formação de especialidade.

Esta situação tem sido recorrente ao longo dos anos e cada vez mais incompreensível aos olhos do cidadão comum que, não consegue compreender como é que regularmente se ouvem notícias sobre a falta de médicos, sobretudo médicos de especialidade, nas unidades do Serviço Nacional de Saúde.

É por isso legítimo questionar o Governo, Assembleia da República e Ordem dos Médicos sobre esta matéria e é precisamente isso que se pretende com esta interpelação que esperamos seja aprovada por esta Assembleia Municipal.

Senhor Primeiro-Ministro, Senhores representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia da República, Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos, qual a razão e a explicação desta situação? É responsabilidade do Governo da República? É responsabilidade da Assembleia da República? É responsabilidade da Ordem dos Médicos e dos seus colégios da especialidade? É responsabilidade das instituições da saúde do Interior?

Como se começou por demonstrar nesta interpelação, a saúde é um direito fundamental, básico e inalienável do Ser-Humano.

É também um factor de competitividade e diferenciação dos territórios sendo determinante para a decisão de qualquer família que queira planear a sua vida pessoal e profissional, se radicar naturalmente nos territórios com a melhor cobertura dos serviços de saúde possível.

Entendemos portanto que esta deve ser uma prioridade de qualquer Governo, nacional ou local, e é com esse sentimento e espírito que enquanto eleitos na Assembleia Municipal da Covilhã, e representando os superiores interesses dos nossos concidadãos, formulamos estas questões às quais gostaríamos mais que uma resposta célere, uma decisão que permita ultrapassar estes constrangimentos e dotar o Serviço Nacional de Saúde e as Instituições de Saúde do Interior, nomeadamente o CHCB, das condições necessárias para dar continuidade ao excelente trabalho

que já hoje realiza na formação de base do médicos que todos os anos saem da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior.

Esta missiva, caso seja aprovada por esta Assembleia, deve ser dirigida ao Senhor Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares de todos os Partidos representados na Assembleia da República, Bastonário da Ordem dos Médicos e respectivos Colégios da Especialidade e ao Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos.” (doc.10) -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata disse: “Uma interpelação não é votada, o que lhe sugiro é que transforme a figura de interpelação em figura de Moção.

Felicito-o porque é uma verdadeira Moção de interesse da Assembleia Municipal, que é simultaneamente uma profunda critica ao Governo e um profundo louvor ao Hospitalar Central da Cova da Beira. E, felicito-o também por isso.

Mas chamo a atenção da Mesa que isto não pode ser votado.” -----

--- A Senhora Prof. Dra. Assunção Vaz Patto: “Senhor Deputado muito obrigada pela interpelação ou Moção que apresentou. Eu penso que é importante termos todos a noção do trabalho de quem está no campo, que é muito grande, e em que circunstâncias muitos dos colegas estão a trabalhar (não estou a falar só de Médicos, os Senhores Enfermeiros então é uma coisa desgraçada). O que eu lhe queria dizer é que tem havido imensos cursos para especialista que ficam vazios, por uma razão: nós não temos serviços com o número de médicos suficientes para fazermos formação de internos. Portanto, nós estamos a criar médicos e depois estamos a fazer filhos em mulheres alheias, como se costuma dizer, porque eles saem daqui vão para os Hospitais do Litoral e lá ficam. Nós não temos serviços com o número suficiente de médicos para fazer formação, de acordo com os critérios de qualidade da Ordem dos Médicos. Portanto um dos problemas... eu nem lhe sei dizer qual é o problema, mas não será só a nível do Poder Central.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. João Casteleiro Alves informou: “Eu posso esclarecer, aquilo que está aqui em causa é o número de vagas para especialidade, a disparidade que existe entre o Interior e o Litoral. É o que está em causa aqui, mais nada.

As vagas que foram dadas, nomeadamente pelos outros Hospitais, são muito superiores àquelas que foram consideradas. Mais, temos o exemplo flagrante do ACES Cova da Beira que não tem um interno e qualquer deles Covilhã, Fundão, Belmonte têm hipótese de ter interno e nenhum o teve. Portanto, sabe-se do que é que se está a falar ali.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro disse: “tem toda a razão Senhor Deputado, de facto as interpelações não se votam. Aquilo que nós pretendemos é uma resposta do Governo e daí ser a interpelação, mas não vejo nenhum problema em que o título seja transformado em Moção.”

--- Colocada à votação a **Moção para interpelação ao Estado Português e à Ordem dos Médicos** foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

Foi feita Declaração de Voto

- Dr. João Bernardo: “O CDS vota favoravelmente esta moção e a chamada de atenção para o estado da saúde no interior, e permite-se sugerir que sejam também tais entidades interpeladas

sobre a entrada em funcionamento da unidade de cardiologia (de intervenção), cuja entrada em funcionamento foi anunciada para o início do verão do corrente ano, ou das notícias recorrentes sobre o mau funcionamento do Centro Hospitalar da Cova da Beira, em matéria de falta de médicos, falta de enfermeiros, falta de equipamentos, falta de condições para exercício da profissão com reflexos muito negativos nos serviços prestados aos cidadãos do nosso concelho. Porventura, do que se verificou, é necessária uma discussão profunda sobre o funcionamento da saúde e sobre o modelo de funcionamento das estruturas de saúde da região, de forma a poder formar e fixar médicos especialistas na região e a beneficiar a saúde de todos.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. João Casteleiro Alves esclareceu: “Tenho obrigação de ter uma visão mais precisa, mas também me sinto na obrigação de esclarecer: uma coisa é o serviço de cardiologia que existe há trinta anos, outra coisa é aquilo que se está a falar. É uma Unidade de Cardiologia de Intervenção, uma Unidade Hemodinâmica. E, atenção, esta Unidade começou-se a trabalhar nela há muito pouco tempo, está previsto estar constituída até ao fim do ano. Lembro que o Hospital de Guimarães começou a trabalhar nisto há dois anos e tal e ainda não está, portanto é preciso algum cuidado... temos que ser precisos naquilo que estamos a dizer.

A outra questão - Unidade Local de Saúde - é preciso desmistificar que Unidade Local de Saúde não quer dizer que tenha melhor diferenciação, ou que seja melhor do que um Centro Hospitalar e outras áreas dos cuidados de saúde primários, não é isso que está em causa.

Parece que estamos a reivindicar uma coisa melhor, calma lá, não é assim.” -----

- O Senhor Dr. João Bernardo interpelou o Senhor Presidente da Mesa sobre a figura que estava a utilizar para usar da palavra e em que qualidade estava a intervir. -----

- O Senhor Presidente da Mesa, Dr. João Casteleiro Alves retomou a palavra dizendo: “Acabamos já a conversa, isto é um *fait divers* para as pessoas serem mais informadas, se não querem ser mais informadas continuarão a errar naquilo que estão a dizer. E estamos entendidos.” -----

--- A Senhora Dra. Rosália Rodrigues: “A oposição tem-se tornado perita em criar casos, imaginando cenários dantescos, quando na verdade, o que nos parece é que existe um fosso enorme entre o que a oposição diz que a Câmara deveria fazer e o que ela própria faz e o que não faz, ou nunca fez quando teve oportunidade.

E poderia dar aqui inúmeros exemplos:

Dizem que deve atrair-se investimento, trazer pessoas para o Interior, mas sem que os mesmos acreditem no potencial do Interior, e pior, no potencial do nosso concelho! (como podemos nós dizer aos outros que têm de povoar o interior se preferimos sobrelotar o litoral?)

E como muitos andam ausentes, para se mostrarem muito preocupados com a Covilhã, e o seu município, inventam tais gigantes para assombrar as páginas da comunicação social com estória caricatas, simplesmente para não desaparecerem da linha.

Custa-lhes entender que aos covilhanenses o que importa é a vida municipal. É o dia-a-dia. E que o dia-a-dia vai-se vivendo entre os que cá estão e aqueles que trabalham, no seu dia-a-dia, pelo concelho e por dinamizar a Covilhã.

Exemplo disso são as associações e o trabalho que elas têm desempenhado no quotidiano, dando exemplo das Marchas Populares e da enorme adesão popular que tiveram este e no ano passado, ou as festas populares dos santos que provam que Santo António não se comemora só em Lisboa, nem São João no norte de Portugal.

Temos as nossas tradições, a nossa cultura bem enraizada. Eu diria que há anos atrás estas forças telúricas foram quase abafadas pelo brilho fosco de umas estrelas que quase ninguém sabia ao certo o que significavam.

Mas hoje, os covilhanenses podem fazer jus a algo que a todos nos identifica, como povo, como cidade e concelho. O stand que foi levado à BTL deixou bem clara a nossa estratégia turística, que remete para o nosso passado histórico, mas também para o presente.

Mas não é essa premiação que nos honra. É, sobretudo, a reunião das forças vivas do concelho que nos permite no presente ser o concelho mais dinâmico de toda a região.

E neste aspecto ressalvo o papel que as freguesias, os seus presidentes de junta e as suas populações têm, na afirmação de um concelho com estratégia turística. As freguesias, a par do município, souberam reforçar a sua identidade, aquilo que as caracteriza, através das tradições culturais, da sua gastronomia e das suas gentes promovendo eventos que são já pólo de atracção turística na região e que contam com o apoio e incentivo da Câmara Municipal.

Destacando os eventos que decorrem durante os meses de verão que atraem pessoas de todo o país e até de Espanha. E a Covilhã é sem dúvida o município mais dinâmico da região.

Desde a festa do Brulhão, até à festa da cereja, farrapeiros, festa do pêsego, xistrilhos, mysteria, ...culminando com a festa da castanha em outubro.

Todos estes eventos promovem cada uma das freguesias, atraem turistas, geram novas oportunidades de negócio e de investimento, como aliás, se tem verificado pelo aumento de empreendimentos turísticos em todo o concelho, não só na cidade, bem como nas freguesias.

Mas para isto acontecer, é necessário que alguém trabalhe, que hajam pessoas a dedicar aqui o seu tempo para as coisas acontecerem.

Não vamos andar a bradar aos céus que deve investir-se no Interior, mas para os outros cá ficarem, porque nós estamos bem onde estamos, na capital ou noutra cidade grande.

Esperamos, por isso, que as obras de construção do percurso ferroviário, já em curso, possam tornar a nossa região mais atractiva e minimizar os efeitos negativos dos últimos anos do governo troikista que nos tiraram muitas das valências que nos poderiam ajudar, como aumento das portagens, desinvestimento nas linhas ferroviárias das beiras, e que inclusivamente nos tirou o posto de turismo da Serra da Estrela." (doc.11) -----

--- A Senhora Eng.ª Catarina Mendes: "A Covilhã é o município do centro do país que, ao nível do turismo, tem vindo a ganhar sucessivamente destaque e relevância nos últimos anos.

De acordo com os últimos dados publicados pelo INE, o concelho da Covilhã registou 154 520 hóspedes e 264 280 dormidas, representando um aumento de 20% e 23% respetivamente, face aos valores conhecidos em 2015, o que corresponde a cerca de 13 473 milhões de euros de proveitos para os estabelecimentos hoteleiros do concelho, um aumento de +34%.

Estes dados revelam ainda que a Covilhã se destaca comparativamente com Castelo Branco, Guarda e Fundão, que em conjunto registaram 154 133 hóspedes e 231 231 dormidas, bem como colocam o Município da Covilhã em 2.º lugar no ranking nacional dos municípios não localizado no litoral do País que mais turistas atrai.

É importante referir que estes números se devem ao dinamismo dos privados e dos hoteleiros, ao aparecimento de novas unidades de alojamento local e hosteis, à restauração de qualidade.

Mas é igualmente importante referir que o processo de reabilitação urbana, resultante da delimitação das ARU's e os respetivos benefícios para os promotores desta reabilitação, foram importantes para a atração na criação de novas unidades hoteleiras do concelho.

De igual forma é importante referir e reconhecer que a Câmara Municipal tem conseguido de uma forma agregadora com as várias entidades, colectividades e agentes turísticos potenciar o turismo no nosso concelho.

A consolidação da marca Covilhã como referência incontornável no turismo nacional e internacional, foi também demonstrada com a atribuição do prémio melhor stand público, vindo demonstrar, aos céticos e críticos da participação da Covilhã na BTL, que esta foi uma aposta ganha.

A Covilhã tem conseguido visibilidade nacional e internacional através de participações como BTL ou FIT ou atividades cada vez mais diversificadas e atrativas, como:

O WOOL- Festival de Arte Urbana da Covilhã- que neste momento tem 26 criações de artistas nacionais e internacionais espalhados pela cidade, nomeadamente na zona histórica da cidade.

Feira de S. Tiago - Com milhares de participantes e que tem vindo a ganhar qualidade ao nível dos espetáculos e quantidade e diversidade de expositores

Marchas Populares- Uma atividade recuperada por este executivo, com cada vez com maior número de participantes e de espectadores

Prova Rampa Serra da Estrela- com Organização a cargo do CAMI Motorsport e como apoio da Câmara Municipal da Covilhã,

Dia da Criança- milhares de crianças a quem é facultado um dia especial

Encontro de clássicos automóveis- Coletividades do concelho

Encontro Nacional de Patinagem Artística - coletividades do concelho

Campeonato Nacional de Clubes de Pentatlo moderno - coletividades do concelho

Campeonato nacional de pesca à pluma- Federação da Pesca à pluma

Encontros com a cultura- encontro promovido CMC para a discussão da estratégia cultural do município

A Covilhã está na moda, está boa e recomenda-se, esta Câmara Municipal tem conseguido este resultado porque é antagónica ao isolacionismo, congrega interesses, com outros municípios, com outras entidades, com outros agentes, porque em suma o que interessa é a sua projeção, mesmo com a extinção da região de turismo da serra da estrela.

Sr. Presidente continue o bom trabalho na valorização do património humano e material do nosso concelho." (doc.12) -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: "Não tinha na minha ideia inicialmente intervir nesta fase da Sessão, mas perante aquilo que fui ouvindo durante este período não pude deixar de vir aqui dizer duas ou três coisas. E eu que não sou muito de grandes retóricas inconsequentes, gosto muito de ir ao ponto concreto e real e vou já à questão levantada pelo Senhor Deputado do PSD relativamente à questão da habitação social, vieram aqui os Senhores Deputados mostraram-nos aqui um PowerPoint, um sistema multimédia, e o que é que nos vieram dizer, apresentando elementos e dados dos Concelhos limítrofes? Vieram dizer que o que se passa em Castelo Branco e o que se passa em Viseu é que é bom, disse ali no PowerPoint que nos foi apresentado, o que se passa em Castelo Branco e o que se passa em Viseu é que é bom. E eu então retirei alguns dados e o que é que se passa em Castelo Branco, passa-se que a renda média anual em Castelo Branco é de 473€, a renda média anual em Viseu é de 453€, a renda média anual na Covilhã é de 250€. Pergunta-se e a pergunta é pertinente e tem que ser feita –

o que é que pretende o PSD? É aumentar o rendimento anual da habitação social na Covilhã, esta é a interpretação que eu faço – se são bons exemplos Castelo Branco e Viseu, se têm um rendimento maior para as Câmaras respectivas e se são aqui apresentados nesta Assembleia como bons exemplos, o que o PSD quer, é que o rendimento da Câmara Municipal da Covilhã aumente à custa das pessoas que menos têm e menos podem pagar, pessoas que são nossos Concidãos e que são nossos munícipes. É isto? E pergunto directamente aos Senhores Deputados do PSD, é efectivamente isto que vocês querem? Digam-no.

Outra intervenção que me pareceu bastante interessante foi a da Senhora Deputada Vaz Patto, porque efectivamente eu concordo com ela quando vem aqui defender o benefício do Interior, vem aqui defender a discriminação positiva do Interior, vem aqui defender as pessoas do Interior, muito bem. Nós já estamos há muito tempo a defender isso e estamos a fazê-lo desde há 20 anos atrás pelo menos. Lembra-se com certeza que houve um referendo em Portugal sobre a regionalização e lembra-se com certeza como é que votou o seu Partido – votou contra. E agora 20 anos depois, provavelmente se tivessem votado a favor, vocês como outros, hoje não estávamos a falar de interioridade, nem de problemas da interioridade e agora vêm vocês encher o peito dizer que é preciso beneficiar, discriminar positivamente o Interior. Mas em que é que ficamos? Mas também lhe faço uma pergunta concreta – se amanhã vier para cima da mesa a questão da Regionalização e um Referendo à Regionalização como é que vai votar o seu Partido? Vai votar sim? Ou vai fazer como o outro e mete a cabeça debaixo da areia?

Outro ponto que me parece interessante - relativamente ao aparte do Senhor Deputado Bernardino Gata, a propósito da intervenção do meu Camarada de Partido, Líder de Bancada, ficou muito eriçado com o facto de nós criticarmos o Governo, mas não tenha dúvidas relativamente a isso, sempre que estiver em causa o bem da Covilhã e o bem das pessoas da Covilhã, não tenha dúvida nenhuma que nós estamos aqui a criticar quem quer que seja - primeiro as gentes da Covilhã, depois o resto. E, também, deixe-me que lhe diga, nós no PS não obedecemos a nenhum dono, deixe-me que lhe diga.” -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata: “Senhor Presidente, antes de apresentar um Voto de Protesto e um Voto de Louvor, queria aqui fazer uma reflexão que tem a ver com o funcionamento da Mesa. As intervenções que se aqui fazem são intervenções de natureza política, ou outras e não intervenções para fazer perguntas a quem já interveio e sobretudo para, como aconteceu na última intervenção, ser uma intervenção que eu considero pelo menos desrazoável, em todos os sentidos. E, sobretudo, para que não haja qualquer dúvida, não sei onde é que está o Senhor Deputado que agora falou, estas coisas que se dizem numa Assembleia têm que ser ditas com pensamento, com critério, esta última então – nós não temos dono, o PS não tem dono, o que é que isto significa? Os outros têm?

De seguida o Senhor Prof. Bernardino Gata referiu: “Um voto de Protesto de cor vermelha, para não dizer de outra cor, depois perceberão porquê. E o Voto de Louvor de cor verde.

O Voto de Protesto de cor vermelha em relação ao que se passou, numa bárbara agressão a uma mulher, uma Luso Colombiana, feita por um membro de uma força de uma empresa de segurança dos STCP no Porto. Foi barbaramente agredida uma Senhora Luso Colombiana.

É só para dizer que Portugal não pode ter isto.

Um Voto de Protesto que deverá a própria Mesa enviar ao Senhor Ministro da Administração Interna e ele saberá, o Dr. Eduardo Cabrita, certamente responder a isto, porque já não é a primeira vez que isto acontece. Sobretudo, não em relação ao género mas, em relação e muito

mais comum, nas forças de segurança de discotecas e quejandos que começam a ser preocupantes.

O Voto de Louvor – um Voto de Louvor que faço com todo o gosto. Acaba de ser nomeado o Doutor António Vitorino, um grande Socialista, um grande Senhor da política em Portugal, acaba de ser nomeado Director-Geral da Organização Mundial para as Migrações e merece um voto reforçado, ainda por duas circunstâncias:

1.º É um assunto importantíssimo na agenda do Mundo, porque ele reflecte a grande contradição que há entre, nomeadamente os Estados Unidos e aquilo que até agora tem sido a filosofia e a humanização e a humanidade da Europa

2.º Porque estas migrações, este problema das migrações pode ser a primeira machadada na União Europeia e é fundamental que em qualquer Areópago se falem destas coisas.

O António Vitorino é um homem muito inteligente, é um homem mais de política de causas do que de coisas da política, embora as duas coisas não sejam totalmente separadas, mas é um homem com experiência internacional, foi Comissário da União Europeia.

E, portanto a minha Bancada, que não tem dono, apresenta este voto de louvor que espero seja votado pela Assembleia.” -----

--- Colocado à votação o **Voto de Louvor pela nomeação do Senhor Dr. António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino como Director-Geral da Organização Internacional para as Migrações** foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- Colocado à votação o **Voto de Protesto pela agressão a uma Senhora Luso Colombiana por um membro de uma força de segurança ao serviço dos STCP Porto** foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Rui Gigante:

“Faleceu, no passado dia 21 de junho, o empresário covilhanense Rui Silva Gigante.

Militante da primeira hora do CDS e na primeira linha do combate democrático, encabeçou e integrou listas do partido nos diversos momentos eleitorais da nossa cidade e do nosso distrito, marcando presença com elevação, disponibilidade, cordialidade e respeito democrático que o caracterizavam.

Aos desafios democráticos respondia sempre positivamente, não se esgotando nos ensinamentos e formação aos militantes e estruturas que o procuravam.

Assim, pela sua carreira enquanto empresário e dedicação à causa pública, em prol da democracia, com um importante legado para a cidade da Covilhã, o Grupo Municipal do CDS propõe que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião no dia 29 de junho de 2018, delibere:

a) Apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências;

b) Observar um minuto de silêncio, em sua devida homenagem.” (doc.13) -----

--- O Senhor Dr. Luís Fiadeiro: “eu só queria reforçar, se me permitem, este voto de pesar. Não é o facto de eu ter conhecido, lidado e vivenciado com o Amigo Rui Gigante, mas porque, realmente fui também eu testemunho da sua forma de ser e da sua forma de estar na vida, na política e na sociedade.

E, tem aqui um aspecto muito importante, nomeadamente as funções por ele exercidas numa determinada Empresa que durante muitos anos laborou na Covilhã. Pode crer que lidei com centenas de trabalhadores, nunca ouvi uma referência negativa ao Senhor Rui Gigante. Portanto, só por isso de facto se releva e revela a sua forma de ser e a sua personalidade, porque ele era um homem bom, era um homem que apregoava o bem, era um homem justo.

E, naturalmente a minha Bancada vai estar associada a este voto, querendo apenas acrescentar este aspecto.” -----

--- Colocado à votação o **Voto de Pesar pelo falecimento do Empresário Covilhanense Rui Luís Silva Gigante** foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

- Retomou a palavra a Senhora Dra. Graça Castelo Branco referindo: *“Ficámos a saber, recentemente, que a Câmara Municipal da Covilhã não iria avançar com a adjudicação da empreitada de requalificação da Escola Secundária Frei Heitor Pinto, depois de o contrato de execução, um investimento na ordem dos três milhões e 300 mil euros, ter sido assinado pela secretária de estado da educação em outubro de 2016 e de ter sido anunciado que as obras deveriam arrancar em setembro do ano passado.*

Este processo traz consigo, aliás, um conjunto de erros incompreensíveis: segundo o Senhor Presidente da Câmara, e cito, "o anterior governo mapeou esta escola a «olhómetro» e, sem qualquer base científica, decidiu dotar esta obra com dois milhões e 800 mil euros. Sem projeto, porque já procurámos saber onde ele está e ninguém o encontra, e na altura quando fui confrontado com a situação, foi-me transmitido se a câmara queria ser dona da obra, atendendo à sua maior proximidade, mas que ela seria integralmente suportada pelo governo da República. Nessas condições eu transmiti que a Câmara da Covilhã aceitava de bom grado essa incumbência e foi isso que ficou acordado" (fim de citação).

Só mais tarde, segundo a mesma fonte, é que se constatou que o Governo queria que a Autarquia suportasse a componente nacional e que o Município teve de aceder a suportar 7,5 por cento, se queria que a obra fosse feita. Mas depois, concluiu-se que existe uma imprevisibilidade de trabalhos a executar no âmbito da empreitada, uma vez que se trata de uma escola com muitos anos, sem projeto original, e a CCDR veio a considerar não elegível a verba assim consignada e assim inviabilizou a candidatura caso ela não fosse reformulada. A este propósito disse a CCDRC, entre outras coisas, que:

a) As despesas apresentadas em sede de candidatura não estão devidamente fundamentadas - de acordo com a CIMBSE, esta situação está relacionada com a divergência constatada entre o solicitado no procedimento de elaboração do projeto de execução e o que consta no mapa de quantidades da empreitada.

c) Não obstante o projeto ter sido aprovado a 21-10-2016, não é comprovada a existência de peças as integrais que o compõem (arquitetura e especialidades);

d) Pese embora, em sede de esclarecimentos, o promotor tenha procedido à apresentação parcial dos respetivos pedidos, não foram apresentados os pareceres de entidades externas necessários, nomeadamente da ADC, ARSC, Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais, Direção Geral de Energia e Geologia (projeto de especialidade de eletricidade);

f) Pese embora, em sede de esclarecimentos, o promotor tenha procedido à apresentação do Plano e Orçamento, a sustentabilidade não se encontra garantida vista a inscrição da totalidade do investimento não se encontrar adequada para os anos de investimento;

g) Embora tenha sido apresentado o protocolo celebrado com o Ministério da Educação que legitima a intervenção por parte do Município da Covilhã e do mesmo ter procedido à apresentação do pedido de regularização da situação junto da Direção do Estabelecimento de Ensino, não existe qualquer documentação comprovativa da propriedade do imóvel.

Face a este panorama, gostaríamos que o Senhor Presidente esclarecesse as seguintes questões:

- O que tem a Câmara Municipal a dizer das irregularidades que a CCDR aponta? Assume-as?*
- Porque é que a CMC não se pronunciou em sede de audiência prévia contra a decisão?*
- Continua garantida e disponível a verba para a execução da empreitada? Até que data?*
- Há tempo para refazer o projeto?*
- Se está a CMC tão confiante de que as obras se farão, assume o Presidente o compromisso de que se demite se isso não suceder?*
- Está a Autarquia disposta a financiar a manutenção urgente de algumas obras mais pequenas de que o liceu precisa?*

Como munícipe e antiga aluna daquele estabelecimento, muito gostaria de ver algum empenho na resolução deste problema e dos constrangimentos por que passa a comunidade que frequenta aquela escola.

Muito obrigada.” (doc.14) -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria.-

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata: “Só lhe quero fazer uma pergunta que pode ser recorrente, redundante, estar fora de, já ter resposta, mas mesmo assim continuo a fazê-la, porque estamos num Mundo cuja volatilidade, mobilidade e rapidez de mudança de opinião (não é a sua, atenção) ocorrem. A pergunta que lhe quero fazer é esta: Senhor Presidente dá-nos a garantia de que no próximo ano, ou pelo menos nos próximos 2 anos a Caixa Geral de Depósitos a Agência de Teixoso não vai fechar? É que, enfim as promessas são muitas, mas sabemos que além das pressões internas, a própria União Europeia faz, em relação às imparidades e à saúde económica da Caixa Geral de Depósitos, que haja uma redução de balcões e eles têm continuado, foram anunciados agora mais umas dezenas. E, portanto, eu só lhe faço a pergunta porque, naturalmente, a primeira pessoa que deve estar interessada, e está interessada seguramente, é o Senhor Presidente da Câmara, mas para além de estar interessado tem uma enorme responsabilidade sobre esta matéria. De maneira que, tão simplesmente, eu queria-lhe fazer esta pergunta.” -----

--- O Senhor Dr. Luís Fiadeiro: *“Ao analisarmos a informação escrita apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, desde logo verificamos que o atual executivo continua a sua gestão diária, sem que haja uma estratégia, um plano que permita o desenvolvimento e o crescimento da cidade.*

Não há iniciativas relacionadas com a criação de postos de trabalho.

Não há uma defesa junto do Governo das questões que afetam a nossa cidade.

A este propósito e com alguma estranheza, continuamos a verificar que a construção da Barragem das Penhas da Saúde, não merece qualquer referência. Por isso perguntamos: Em que fase se encontra o processo da construção da barragem? O que tem sido feito? O que falta fazer? Qual a razão porque não se aproveitou o projeto e apoios existentes?

Por outro lado, verifica-se também que a habitação social continua sem ter o adequado apoio, sendo gritante a falta de manutenção dos bairros sociais, razão pela qual se desconhece a razão pela qual não se resolve de forma urgente e imediata esta questão. O que é feito da habitação social?

Diga-se ainda que continua por esclarecer a questão do DATACENTER, entidade que foi recentemente agraciada com um prémio internacional e que só vem revelar a importância do investimento efetuado e estratégia delineada pelo então executivo camarário. Ou seja desconhece-se a razão pela qual, e atento aos elementos disponíveis, a ALTICE não cumpre com as suas obrigações...desconhece-se o motivo pelo qual o atual executivo camarário não realiza a defesa de tal empreendimento, colhendo por exemplo a proposta do Sr. Vereador Carlos Pinto no sentido de propor ao governo que todos os dados dos organismos oficiais sejam aí depositados?

Diga-se também que continua por concretizar a obra relativa à renovação/reconstrução do Teatro Municipal. Em que fase se encontra o projeto? O que já foi realizado? O que falta realizar?

Diga-se ainda que no relatório em causa é mencionado, e na nossa perspetiva com muita apreensão, a não requalificação da Escola Secundária Frei Heitor Pinto. Tal obra é urgente, pois é manifesta a necessidade de obras em muitas zonas do referido Parque Escolar. Por outro lado, diga-se que com muita "pompa e circunstância" foi realizada a sua apresentação pelo anterior executivo camarário presidido por V.ª Exa. Ora, não se vislumbra o motivo e a razão de ser porque tal obra não foi concretizada, sendo inclusive necessário a realização de um novo processo concursal. O que se passou? O que falhou? O que falta fazer? Para quando? São estas as questões que colocamos e que desejamos ter a adequada resposta.” (doc.15) -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo referiu: *“andámos quatro anos a não cumprir e continuamos a não cumprir aquilo que a Lei obriga, em matéria de informação escrita.*

Esta informação está enviesada, contém o relatório completo das deliberações de Câmara, mas faltam os elementos essenciais - dispõe o artigo 35.º da Lei 75 /2013, no seu ponto n.º 4, que da informação prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, que é este ponto que estamos aqui a discutir, devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respectiva fase e estado.

Devemos exigir que se cumpra a Lei.”

Colocou questões:

No passado dia 8 de Junho foi a reunião de Câmara uma lista de pessoas a integrar e a não integrar, porque há distinção entre os precários que foram e que vieram já a esta Assembleia, com a lista de precários identificados, e a lista de precários das tarefas que agora não vem à Assembleia, curiosamente;

Por que razão não são integradas todas as tarefas que prestam serviço há muitos anos nas várias Escolas, a tempo parcial;

Questionou, também, sobre o estado de funcionamento do centro de meios aéreos de combate a incêndios sediado em Cortes do Meio, porque lhe foi comunicado que necessita de obras e que a Câmara ficou de fazer. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse que, como de hábito, procederam à leitura cuidada da Informação Escrita. E referiu que, tal como o Senhor Deputado João Bernardo, também diria que para cumprir a Lei não basta um documento qualquer, mas que os documentos têm que corresponder àquilo que os normativos legais indicam e aquilo que o documento deve conter, no fundamental, como informação.

Referiu que na leitura da informação verificaram o registo dos protocolos, com ou sem custos, com Associações, Colectividades, Freguesias e, no fundo, a gestão corrente, como já referiu em Sessões anteriores. Considera que o documento anterior, quanto à informação financeira, era mais completo. Referiu que apesar de ser importante a informação que lhes é dada, falta o resto da informação.

De seguida referiu que a Câmara, logo a seguir aos incêndios, desenvolveu uma acção de protecção de arribas e encostas. E, na altura, colocou a questão se a intervenção ficava só por aquela área do Concelho, ou se era para ser alargada a outras zonas onde também houve incêndios. Foi-lhe respondido que as outras zonas ficavam para uma 2.ª Fase, mas a 2.ª fase nunca mais aconteceu. Veio a chuva, algumas trovoadas e as linhas de água começaram a sofrer com a inexistência dessa intervenção;

Referiu, também, a questão quanto à rede viária no troço Vales do Rio – Peso, em que foram informados que a intervenção iria ser feita com um novo piso e verificam que continua sem ser feita essa intervenção;

Perguntou qual a situação em que se encontram os projectos do Orçamento Participativo da Covilhã Decide. -----

--- O Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio) manifestou a sua preocupação: pela não intervenção na Estrada 513; não haver protocolos pode colocar em causa o início do ano lectivo; Perguntou qual a política de apoio, às Juntas de Freguesia, em relação às Brigadas de primeira intervenção. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra) propôs que o pavimento, junto ao Auditório, de onde foram retirados os mastros das Bandeiras fosse devidamente repostos.

Sugeriu que na revisão ao Regulamento se colocasse o Período de Intervenção do Público no primeiro ponto.

Manifestou a sua preocupação com a requalificação e ampliação da Escola da Boidobra, em que à semelhança do ano passado não houve qualquer concorrente para a realização da obra.

Perguntou se está previsto o ajuste directo para a obra ou outra solução para a sua resolução;

Transportes públicos na Quinta Branca continuam por resolver;

Rendas de habitação social – actualização das rendas entrega de documentos, para quê a quantidade de elementos pedidos. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões colocadas:

- Habitação Social – problema muito difícil de resolver, foi construída em boa hora mas não houve o cuidado de precaver a sua manutenção. No ano anterior foram gastos cerca de 50 mil euros em pequenas reparações, foi o possível. Foi pago 1 milhão e 18 mil euros de empréstimos; Temos candidaturas em curso no âmbito da eficiência energética
- Sedes de Associações – legalização é um problema sério, não só pela dimensão, como pela dificuldade de se proceder ao seu licenciamento, sobretudo na acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida e a segurança contra o risco de incêndio, porque se trata de edifícios antigos;
- Escola Montes Hermínios – serão feitas obras sempre que o desgaste o justifique;
- Escola Frei Heitor Pinto - fez-se aquilo que era possível com os dados disponíveis. A verba está disponível e cativada no pacto da CIM, as questões inerentes aos projectos estão a ser resolvidas. O projecto está a ser reformulado. Irá ser aberto um concurso após a resolução das questões suscitadas pela CCDR;
- Centro de Inovação Cultura – tem o contrato de financiamento aprovado, o contrato de empreitada assinado e enviado para visto do Tribunal de Contas;
- Os Mastros foram retirados provisoriamente e vão ser repostos;
- Obras na EB 1 e Jardim de Infância da Boidobra – foram novamente abertos concursos públicos, prevê-se o início dos trabalhos a partir do dia 9 de Julho;
- Transportes públicos Boidobra – aguarda resposta da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- Portagens
- Cardiologistas estão a ter formação que é ministrada com rigor, treino, sabedoria e experiência;
- Caixa Geral de Depósitos do Teixoso – não posso dar essa garantia;
- Construção da Barragem – é um assunto que se está a tratar e é para nós uma prioridade;
- Centro de meios aéreos – é preciso realizar obras, implica alterações e será brevemente resolvido;
- Orçamento Participativo – em Setembro trarei informação detalhada sobre esses projectos;
- Precários – a lista dos precários não veio, não vem, nem virá à Assembleia Municipal, o que vem é a abertura de lugares nos quadros de pessoal;
- Estrada de Peso e Vales do Rio – estamos a reunir condições para lá intervir e assim que for possível lá iremos;
- Tarefeiras – todo o processo está a ser tratado para que no início do ano não haja problemas;
- Incêndios – há um plano que diz quais as Freguesias prioritárias – Aldeia de S. Francisco de Assis, Erada, São Jorge da Beira, Sobral de S. Miguel, Unhais da Serra, Cantar Galo – Vila do Carvalho, Casegas – Ourondo e Verdelhos;
- Árvores de grande porte estavam contaminadas e outras provocavam a instabilidade de alguns muros. -----

2.2 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de Junho de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3690 de 2018.06.26 e seus anexos.

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Dr. Marco Aurélio "... porque as Freguesias são injustificadamente prejudicadas com esta revisão orçamental, não hesitamos, em não aprovar este documento" (**doc.16**); Dr. Nuno Pedro "... A gestão deste processo foi exemplar e deve ter o total apoio, não só desta assembleia como da população, pois revela uma forma de trabalhar inteligente, que permitiu responder a uma situação emergente e que por isso não podia ter sido prevista aquando da aprovação do orçamento para o ano corrente..." (**doc.17**); Prof. Reis Silva referiu que entendem as razões, mas para se tapar de um lado destapa-se do outro, pelo que se vão abster e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que é necessário definir prioridades e que neste momento a prevenção é prioritária. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **1.ª Revisão Orçamental** foi a mesma **aprovada por maioria, com 31 votos a favor (PS e IND), 7 votos contra (DNCCP, CDS-PP e PSD) e 3 abstenções (PCP).** -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Dr. João Bernardo: "Votámos contra, porque entendemos que é inadmissível que todos os anos se verifiquem estas incongruências orçamentais. E, por muito que me queiram explicar e justificar, não é admissível que, deliberada e erradamente, sejam sistematicamente as mesmas verbas todos os anos alteradas, nas mesmas alturas. A questão das refeições das crianças é uma evidência, basta ir ao histórico do anterior Mandato, e nos quatro anos, todos os anos acontece que ou se esquecem ou as crianças adquirem um apetite extraordinário nesta altura do ano ou então de facto não são previstas as verbas necessárias para cobrir a totalidade das despesas necessárias para assegurar a alimentação das crianças durante todo o ano, e daí que haja necessidade de reforçar nesta altura a dotação orçamental para esta matéria. E isto quando se foi alertado em sede de discussão orçamental e por isso se votou contra o orçamento, na devida altura, porque de facto não estavam inscritas estas verbas. Assim não poderemos votar favoravelmente qualquer alteração que venha confirmar o erro que foi alertado na altura. Por outro lado e por muito que me queiram dizer que esta alteração orçamental se impõe pela questão da limpeza no âmbito da prevenção dos incêndios, pois fico sem perceber então, quais é que são as linhas de financiamento disponibilizadas pela administração central e os empréstimos que, se anunciaram, foram já contratados pelo Município nesta matéria.

O grande problema nestas coisas não é a questão de a manta ser curta ou não cobrir todas as necessidades, a questão é a de se assumirem as opções que se querem e são aquelas que se entendem, porque é o seu executivo do Partido Socialista que está a governar, e tem de claramente ser dito, e que o que está aqui a acontecer é, por opção estarmos sempre a tirar do mesmo sitio para investir noutros sítios quando sabemos que as estradas do Concelho são e devem ser uma prioridade a todos os níveis, se o estado das estradas não fosse lastimável e trágico até seria irónico esta retirada de ver e com isto tenho dito.” -----

- Senhor Dr. Luís Fiadeiro: “Nós votámos contra, porque também na vida política tem que haver coerência de princípios, na atitude e de comportamentos, e não pode haver hipocrisias. Ora se nós relativamente ao orçamento não nos revemos (e ele no fundo é a magna carta da governação deste Executivo, com toda a sua legitimidade democrática) também não podemos, de alguma forma, estar de acordo com uma revisão de um orçamento do qual nós discordamos em absoluto.

E, seguindo a questão do princípio, não pondo em causa a questão dos incêndios, da defesa e o tomar um conjunto de medidas para o seu melhor e mais eficaz combate, de facto tem que haver coerência e dentro da nossa coerência entendemos votar contra.” -----

2.3 – RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS 2017

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de Junho de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 76.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei 73/2013, de 03 de Setembro, conjugado com a alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3691 de 2018.06.26 e seus anexos.

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Dr. João Bernardo (**doc.18**); Eng.ª Catarina Mendes (**doc.19**); Dr. Luís Fiadeiro (**doc.20**); Dr. Marco Aurélio (**doc.21**); Dr. Marco Gabriel referiu que o desconhecimento das contas individuais das Empresas Municipais inviabiliza a análise completa das Contas Consolidadas e o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que só não entende as contas quem não quer. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Relatório de Gestão das Contas Consolidadas 2017**, foi a mesma **aprovada por maioria com 28 votos a favor (PS e IND), 10 votos contra (DNCCP, CDS-PP, PSD e PCP), não tendo participado na apreciação e votação: o Senhor Dr. Pina Simão que declarou impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo e os Senhores Eng.º Hélio Fazendeiro e Dr. Nuno Pedro por se terem ausentado da Sala.** -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Dr. João Bernardo votou contra o mesmo da Intervenção (**doc.18**). -----

2.4 – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS NAS CARREIRAS/ CATEGORIAS NÃO REVISTAS OU SUBSISTENTES - INFORMÁTICA E FISCAIS MUNICIPAIS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de Junho de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 53.º, da Lei do Orçamento de Estado para 2018, através do ofício n.º 3328 de 2018.06.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Autorizar a abertura dos procedimentos concursais para promoção a categoria superior na carreira de 2 Técnicos de Informática para Grau 2, Nível 1 e progressão na categoria de 4 Fiscais Municipais** foi a mesma aprovada por maioria com 38 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 2 abstenções (CDS-PP). -----

2.5 - REGULAMENTO DE GESTÃO E UTILIZAÇÃO DAS PARTES COMUNS DOS PRÉDIOS QUE INTEGRAM O PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Maio de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2534 de 2018.05.08 e seus anexos.

- Assunto retirado da Ordem de Trabalhos, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

2.6 – REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de Junho de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3688 de 2018.06.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Doutor Pedro Manquinho solicitou esclarecimentos sobre os períodos de candidaturas, os cálculos nos apoios, sobre o preenchimento do formulário, que não consta como anexo, e entrega dos documentos para fazer a inscrição; Dr. Nuno Pedro referiu que este Regulamento "...resulta de um processo absolutamente exemplar... a Bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta apresentada" (**doc.22**); Dr. João Bernardo referiu que se vão abster, entendem que o Regulamento é necessário, foi dado o primeiro passo, mas existem lacunas que têm que ser colmatadas; Dr. Luís Fiadeiro referiu "... a ideia do regulamento é excelente, mas a sua concretização não pode merecer a nossa aprovação. Assim e na medida em que defendemos a existência de um Regulamento no qual seja desde logo estabelecido de forma clara e inequívoca os critérios para a atribuição às Associações e tal não ocorrendo no Regulamento em apreço, não podemos dar a nossa concordância, razão pela qual iremos votar contra" (**doc.23**); Dr. Hugo Ferrinho Lopes referiu "O PSD elogia a proposta de criação de um regulamento de apoio ao associativismo, mas vamos abster-nos... o documento que é hoje sufragado peca por opacidade: não contém os critérios, a fórmula e a verba a distribuir, restringindo a decisão para a CMC..." (**doc.24**); Pedro Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) referiu que um regulamento não é uma perfeição divina, até porque é feito por homens, mas atribui a capacidade de conhecer uma regra, boa ou má e a capacidade de a defender; Prof. Reis Silva referiu que o regulamento pode ter os seus defeitos, mas ajuda as pessoas e as Colectividades para que deixem de existir as preferências e as pressões sobre os Dirigentes Associativos pelo que irão votar favoravelmente e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que foi um processo aberto e muito participado, sem precedentes no Concelho da Covilhã, e contou com o contributo das Associações. Estão a trabalhar no estatuto do atleta de alta competição. Foi propositadamente consertado que não avançariam com uma fórmula matemática, que será introduzida depois de aperfeiçoado o *modus operandi* do Regulamento. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Regulamento de Apoio ao Associativismo** - foi a mesma **aprovada por maioria com 32 votos a favor (PS, PCP e IND), com 2 votos contra (DNCCP) e 5 abstenções (CDS-PP e PSD)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): "Votei favoravelmente dado que fiz uma reunião com as Associações da minha Freguesia, algumas delas participaram no fórum, e achámos que devíamos dar um voto de confiança à Câmara Municipal, daí o meu voto favorável." -----

- Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes a mesma da Intervenção (**doc.24**). -----

2.7 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ARU’S

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de Junho de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 13.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro e na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3689 de 2018.06.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - ***Proposta de Delimitação de ARU’S nos Centros Urbanos de Aldeia de São Francisco de Assis, Aldeia do Souto, Barco, Boidobra, Canhoso, Cantar-Galo, Casegas, Cortes do Meio, Coutada, Dominguiso, Erada, Ferro, Orjais, Ourondo, Paul, Peraboa, Peso, São Jorge da Beira, Sarzedo, Sobral de São Miguel, Teixoso, Tortosendo, Unhais da Serra, Vale Formoso, Vales do Rio e Verdelhos*** - foi a mesma ***aprovada por maioria com 32 votos a favor (PS, PCP e IND) e 6 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PSD)***. -----

2.8 – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA AFECTAR AO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 5.048,26 M2, SITA NA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA VÁRZEA NO CANHOSO, QUE CONFRONTA DO NORTE E SUL COM O MUNICÍPIO DA COVILHÃ, A NASCENTE COM RIBEIRA E A POENTE COM CAMINHO PÚBLICO, COM O FUNDAMENTO NA REGULARIZAÇÃO NA MATRIZ E NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DO EDIFÍCIO MULTIFUNÇÕES DO CANHOSO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Maio de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2536 de 2018.05.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - ***Desafecção do domínio Público Municipal para afectar ao domínio Privado Municipal de uma parcela de terreno, com a área de 5.048,26 m2, sita na Urbanização da Quinta da Várzea no Canhoso, que confronta do norte e sul com o Município da Covilhã, a nascente com Ribeira e a poente com Caminho Público, com o fundamento na regularização na matriz e na Conservatória do Registo Predial do Edifício Multifunções do Canhoso*** - foi a mesma ***aprovada por maioria com 35 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e IND) e 5 abstenções (CDS-PP e PSD)***. -----

2.9 – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL PARA AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, A PARCELA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO, COM A ÁREA DE 1.095 M2, SITO NA RUA CONDE DA ERICEIRA, INSCRITO NA MATRIZ URBANA DA UF DE COVILHÃ E CANHOSO SOB O N.º 1941 E DESCRITO NA CRP SOB O N.º 173 DA EXTINTA FREGUESIA DE SANTA MARIA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Maio de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2537 de 2018.05.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - ***Desafecção do domínio Privado Municipal para afectação ao domínio Público Municipal, a parcela de terreno para construção, com a área de 1.095 m2, sito na Rua Conde da Ericeira, inscrito na matriz urbana da UF de Covilhã e Canhoso sob o n.º 1941 e descrito na CRP sob o n.º 173 da extinta freguesia de Santa Maria*** - foi a mesma ***aprovada por maioria com 35 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e IND) e 5 abstenções (CDS-PP e PSD)***. -----

2.10 – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL PARA AFECTAR AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL A ÁREA DE 531,40M2 DO PRÉDIO INSCRITO NA MATRIZ URBANA DA FREGUESIA DE COVILHÃ E CANHOSO SOB O ARTIGO 3031, COM A ÁREA DE 880,00M2 E DESCRITO NA CRP SOB O N.º 1566 DA EXTINTA FREGUESIA DA CONCEIÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Maio de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3317 de 2018.06.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - ***Desafecção do Domínio Privado Municipal para afectar ao Domínio Público Municipal a área de 531,40m2 do prédio inscrito na matriz urbana da Freguesia de Covilhã e Canhoso sob o artigo 3031, com a área de 880,00m2 e descrito na CRP sob o n.º 1566 da extinta Freguesia da Conceição*** - foi a mesma ***aprovada por maioria com 35 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e IND) e 5 abstenções (CDS-PP e PSD)***. -----

2.11 – DESANEXAÇÃO DOS ARTIGOS N.ºS 5584,5585, 5586 E 5587, INSCRITOS NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA FREGUESIA DE COVILHÃ E CANHOSO, DA DESCRIÇÃO DA CRP N.º 930 E DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA ÁREA SOBRANTE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de Junho de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3322 de 2018.06.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - *Desanexação dos artigos n.ºs 5584,5585, 5586 e 5587, inscritos na matriz predial urbana da Freguesia de Covilhã e Canhoso, da descrição da CRP n.º 930 e desafecção do Domínio Privado Municipal para o Domínio Público Municipal da área sobran*te - foi a mesma *aprovada por maioria com 35 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e IND) e 5 abstenções (CDS-PP e PSD)*. -----

2.12 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DA ERADA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de Junho de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3324 de 2018.06.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - *Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia da Erada* - foi a mesma *aprovada por maioria com 37 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP)*. -----

2.13 - DESIGNAÇÃO DE PROVEDOR DO MUNÍCIPE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de Junho de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 6.º do Regulamento, através do ofício n.º 3692 de 2018.06.26 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores:

- Dr. Hugo Ferrinho Lopes: *"A bancada do PSD não pode deixar de, construtiva e democraticamente, alertar para os termos e fundamentos seguintes:*

1. Sinalizar e lamentar a morosidade e inoperância para tal designação, uma vez que a mesma tenha demorado mais de 9 meses, mesmo com o constante lembrar por parte do PSD. Se o Presidente da CMC afirmou no início de março que a personalidade "já estava escolhida" e que a sua nomeação seria "breve", não se justificam quase quatro meses de atividade municipal sem que os cidadãos disponham de uma figura que os defenda perante os eleitos políticos;

2. Por outro, sem colocar em causa a reconhecida idoneidade e a eventual imparcialidade do Professor Doutor José Ramos Pires Manso, a bancada do PSD lastima que tal designação tenha saído, mais uma vez, do seio da família socialista, quando o que se pedia era "o distanciamento político, objetividade no tratamento de matérias delicadas e que seja uma pessoa supra partes e que possa defender os nossos concidadãos".

Foi balizado, essencialmente pelo contexto da necessidade representativa e pela garantia expressa do Presidente da CMC na referida sessão que a idoneidade e imparcialidade do Professor Doutor José Ramos Pires Manso jamais será postos em causa como Provedor do Município, que o Grupo Municipal do PSD não invalidou a sua designação"; -----

- Eng.º Hélio Fazendeiro: "Quero em nome da Bancada do Partido Socialista felicitar o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo Municipal pela escolha de uma personalidade absolutamente impar.

Enfim, eu pensava, até agora, que era incontestável, porque é reconhecida a sua capacidade académica, o seu mérito social, cívico, e que era indiscutível, pelos vistos não é. Percebemos agora com a intervenção do PSD.

E, eu quero felicitar a Câmara Municipal pela escolha desta personalidade, mas sobretudo quero felicitar esta maioria por termos Provedor do Município. É preciso lembrar que o Provedor do Município não existia, nunca existiu neste Município e isso parece-nos que é um avanço naquilo que é o relacionamento da Autarquia com os seus Cidadãos, aquilo que é assegurar os direitos dos Concidadãos, naquilo que é o relacionamento com a Administração Local e parece-nos que é um bom contributo, para essa causa, da Senhora Dra. Elisa Pinheiro que desempenhou um papel exemplarmente, no primeiro Mandato da Provedoria, faço votos para que o Senhor Provedor, Senhor Professor Pires Manso prossiga esse trabalho que foi iniciado pela Senhora Professora Elisa Pinheiro";

- Dr. João Bernardo: "Queria desejar as maiores felicidades no exercício do cargo de Provedor, sei que lhe espera um trabalho árduo e difícil, em função daquilo que aconteceu com os Relatórios da última Provedora. Espero que também tenha a paciência para ir aguentando que as suas palavras não chegam à Câmara, porque efectivamente nada mudou desde que há Provedor, até agora.

De qualquer maneira, acho muito bem que haja e acho muito bem que se faça, mas acho que mais do que uma figura de cera, acho que o Provedor deve ser ouvido e deve ser tido em consideração, a recomendação é para a Câmara, no sentido de fazer ou evoluir, no que respeita aquilo que aconteceu no último Mandato";

- Dr. Luís Fiadeiro: “Nós relativamente a esta designação nada temos a apontar, pelo contrário. O Professor Pires Manso é uma pessoa de inegáveis qualidades pessoais e profissionais, merece da nossa parte todo o respeito. Não é o facto de ter estado numa Comissão, ou presidido uma Comissão de Honra de uma outra Candidatura concorrente com a nossa, que na minha perspectiva lhe retira qualquer tipo de objectividade ou independência, eu conheço-o já há muitos anos, e estou certo de que irá exercer com independência, com muita objectividade, com muito trabalho, as funções para as quais foi convidado, naturalmente aceitou e o Executivo o designou. Desejo-lhe as maiores felicidades no exercício do cargo e estou certo que irá desempenhar bem a sua função. Esperando, e aqui o colega também tem razão, que todas as sugestões, que ele possa realizar, sejam acolhidas no Executivo Camarário”;

- Prof. Reis Silva: “ a maioria dos Eleitos não conhece a nossa posição, desde início, desde a criação desta figura do Provedor. Nós consideramos que esta figura do Provedor, no fundo funciona, como funcionou na prática com a experiência anterior, como digamos uma almofada, ou digamos alguém que amortecer muitas vezes a queixa do Município, porque os verdadeiros Provedores somos nós, são os Eleitos.

Nós é que devemos intermediar os interesses das pessoas, com a proximidade que devemos ter com os Eleitores, com os Cidadãos e trazer os problemas a este Órgão. Aliás, como os Eleitos na Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, o devem fazer.

A Câmara Municipal tem as Reuniões Públicas para que todo e qualquer Cidadão possa colocar os seus problemas directamente a quem tem que decidir. Assim como neste Órgão, qualquer Cidadão tem sempre a possibilidade de intervir.

Para nós não estão em causa as pessoas, não esteve em causa a anterior Provedora, não está em causa o Professor Pires Manso, agora indicado. Está em causa é, de facto, a figura. Não encontramos, no fundo, utilidade prática para a existência desta figura. Se o Executivo pretende valorizar esta figura deverá ter o cuidado no sentido da resolução dos problemas das pessoas, porque só assim é que poderá haver algum sucesso na criação desta figura, não auguro bom sucesso, não pela pessoa em si, mas pelas dificuldades que vai encontrar.”

- Senhor Presidente da Câmara Municipal “O perfil do Senhor Prof. José Pires Manso já foi aqui referenciado, numa forma muito sumária mas suficientemente clara. Estamos a falar de um Cidadão que conhece muito bem o nosso Concelho, a nossa Região, nas suas mais diversas vertentes. É um homem com intervenção, é um académico de renome. Os cidadãos têm ali um interlocutor, têm alguém com quem desabafar.

Isto significa que quem criou a figura do Provedor quer uma governança mais clara, mais transparente e participada, isso não impede a presença de Concidadãos nossos que venham, no período de intervenção do público, dizer de sua justiça, nem diminuiu os Eleitos, quer da Assembleia, quer da Câmara Municipal, complementa-os. Reiterar tudo o que disse sobre o Senhor Professor e propor que ele seja votado e aceite. Muito obrigado.” -----

--- A proposta da Câmara Municipal - **Designação de Provedor do Município** - foi **validada e legitimada a designação do Senhor Prof. Doutor José Ramos Pires Manso**. -----

2.14 - CPCJ COVILHÃ – RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2017

--- O Presente assunto foi remetido à Assembleia Municipal, pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Covilhã, para conhecimento. -----

--- A Senhora Eng.^a Catarina Mendes fez uma apresentação, em PowerPoint, do trabalho desenvolvido (**doc.25**). -----

--- Usaram da palavra os Senhores: Dr. Luís Fiadeiro felicitou a Senhora Eng.^a Catarina Mendes pelo seu poder de síntese; Eng.^o Hélio Fazendeiro felicitou a Senhora Eng.^a Catarina Mendes pela capacidade de síntese e em nome da Bancada do Partido Socialista propôs um voto de Louvor à CPCJ pelo trabalho realizado; Dr. João Bernardo referiu que o trabalho é reconhecido por todos, o voto de louvor é comum e deve ser proposto por todos os Grupos Parlamentares e agradeceu o trabalho desenvolvido pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; Dr. Hugo Ferrinho Lopes referiu que subscreve as intervenções que o antecederam, o voto de louvor e sugeriu que as Associações Juvenis eleja um representante para a Comissão alargada, como a Lei prevê; Senhor Prof. Reis Silva felicitou a Comissão pelo trabalho realizado e referiu, tal como em anos anteriores, a necessidade de reforçar a equipa restrita com os técnicos necessários para que o trabalho seja feito com qualidade e o Senhor Presidente da Câmara associou-se ao voto de louvor e felicitou a Comissão pelo trabalho realizado. -----

--- Colocado O Voto de Louvor à votação **foi aprovado por unanimidade**. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes.-----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte e duas horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,